

30/09/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Corte de bolsas prejudica exploração de grafeno](#)

[CNPq garante pagamento de 80 mil bolsistas](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Uma crise grave e sem saída à vista](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Incentivo ao conhecimento](#)

O GLOBO - RJ

[Nem CLT nem funcionário](#)

[Público e privado](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Unisinos tem doutorado em Gestão e Negócios](#)

O TEMPO - MG

[Ministério da Economia libera recursos para pagar bolsas](#)

MEIO NORTE - PI

[Governo Federal libera crédito de R\\$ 21 mi para UFPI](#)

O DIA - RJ

[Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10 nesta segunda-feira \(30\)](#)

O LIBERAL - PA

[Liberados recursos para pagamento de bolsas](#)

O POPULAR - GO

[Ministério da Economia libera recursos para garantir pagamento de bolsas de pós-graduação](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Mais forte que diamante: corte de bolsas prejudica exploração de grafeno](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ministério da Economia libera recursos para pagamento de bolsas](#)

CORREIO WEB

[Ministério da Economia libera recursos para pagamento de bolsas](#)

PORTAL EXAME

[65 mil brasileiros se aventuram para cursar Medicina em países vizinhos](#)

[Governo libera recursos para pagamento de 80 mil bolsas](#)

PORTAL ISTOÉ

[65 mil brasileiros se aventuram para cursar Medicina em países vizinhos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[65 mil brasileiros se aventuram para cursar Medicina em países vizinhos](#)

[Ministério da Economia libera recursos para pagamento de bolsas](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[País de maus bofes](#)

[Weintraub disse aos donos de universidades privadas o que todos já deveriam ter dito](#)

[Mesmo em países ricos, apoio do Estado a pesquisa é essencial](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Medicina fora do País mistura sonho e risco](#)

[BUSCA PELO EXAME REVALIDA CRESCE 1.336%](#)

[SUPERPOPULAÇÃO DE ALUNOS CAUSA DISPUTA DE PACIENTE](#)

CLIPPING



JÁ GRADUADOS E ATÉ IRMÃOS MIGRAM EM BUSCA DO DIPLOMA

O futuro de jovens pobres

Imprensa Estadual

JORNAL PEQUENO - MA

UEMA é referência entre universidades públicas na oferta de Educação a Distância

METRO- SÃO PAULO

Capex abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

O DIA - PI

Capex tem 3.920 vagas para o "Ciência é 10"

A TARDE - BA

Um movimento para o futuro

MEIO NORTE - PI

Dias apresentará plano para recursos do Fundef

O POPULAR - GO

Universidade sente efeitos de cortes

O TEMPO - MG

Busca pelo Revalida cresce 1.336%

Agências de notícias e sites

A CIDADE ON

Cortes de bolsas podem derrubar protagonismo da Unicamp

FOLHA NOROESTE

Fundecitrus irá realizar VI Simpósio MasterCitrus em 25 de outubro

GR NOTÍCIAS

Capex abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

INDEPENDENTE

CNPq confirma pagamento de bolsas de pós-graduação em outubro

JC NET

Mestrado e doutorado da ITE abrem vagas

PARANÁ PORTAL

Tempo de unir forças e de lutar com firmeza pela ciência brasileira, afirma SBPC

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

MEC vai capacitar professores de ciências

FOLHA DE S. PAULO - SP

Você decide

Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura

Jovens leem mais no Brasil, mas hábito de leitura diminui com a idade

Pequenas livrarias ganham espaço em vácuo de megastores

Clubes do livro crescem e veem crise do varejo, não do produto

Como ensinar o brasileiro a ler? Escritores respondem

Programas públicos sólidos poderiam reverter nossas assimetrias históricas

Saraus e bibliotecas comunitárias contornam desinteresse por leitura

Disputas por preço geram distorções no mercado do livro

Ação literária na periferia de São Paulo faz 15 anos e amplia público

Marcas estrangeiras querem popularizar audiolivros no Brasil

Beleza antiga do Real Gabinete Português de Leitura encanta turistas no Rio

Conjunto de bibliotecas públicas no país é insuficiente e mal distribuído

Quando a escola tem biblioteca, desempenho do aluno é melhor, mostra pesquisa

Comunidades na periferia de SP criam bibliotecas até em cemitério

Presente até na novela global, livro é pop, livro é fashion e resistirá a tudo

CLIPPING



[Mostra exhibe bibliotecas e reflete sobre pretensão de abarcar o saber do mundo](#)
[Livro elege biblioteca como espaço-chave da vida coletiva](#)

O GLOBO - RJ

[Todo o potencial de cada aluno](#)

Revistas

VEJA - SP

[Educação S.A.](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[UFRR perde 16 bolsas de pós-graduação](#)

HOJE EM DIA - MG

[`CIÊNCIA É 10 ABRE MAIS DE 3,9 MIL VAGAS NA SEGUNDA](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Pós graduação](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Prazo final para as bolsas remanescentes do Prouni encerra segunda-feira \(30\)](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Ministro da Educação critica salário de professor: zebra gorda](#)

O DIA - PI

[Governo apresentará plano para uso de verbas do Fundef](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Processo de tombamento de igrejas do Largo São Francisco, em SP, dura 60 anos](#)

BEM NOTÍCIAS

[Capes abre 3.920 vagas para capacitação de professores de ciência](#)

MT HOJE

[Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10](#)

O PRESENTE

[Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA VALOR

[Weintraub afirma que novo programa trará ensino prático para salas de aula](#)

BRASIL DE FATO

[Estudantes e trabalhadores da UFRGS definem greve nos dias 2 e 3 de outubro](#)

CANAL TECH

[Capes abre inscrições para especialização gratuita à distância de professores](#)

CRUZEIRO DO SUL – SP

[Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10](#)

GAZETA WEB

[Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10](#)

METRO-DF

[MEC abre 3.920 vagas para especialização gratuita de professores do ensino fundamental](#)

PORTAL EXAME

[MEC lança edital para seleção de 3,9 mil professores pela Capes](#)

PORTAL ISTOÉ

[Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10](#)

ULTIMO SEGUNDO

[Capes abre 3.920 vagas para capacitação de professores de ciência](#)

AGÊNCIA ESTADO

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Corte de bolsas prejudica exploração de grafeno

Um material com espessura atômica, feito totalmente de carbono, mais forte que o diamante, mais resistente que o aço, um potente condutor de eletricidade e calor tem chamado a atenção de alguns países nos últimos anos. O grafeno, material derivado do grafite, possibilita a criação de uma nova cadeia industrial e, por isso, ganhou valor na agenda de governantes. O presidente da República Jair Bolsonaro não foge à regra e é considerado um entusiasta do material.

Mas apesar do interesse presidencial e de o Brasil, de acordo com o Ministério de Minas e Energia, estar em segundo lugar no ranking mundial de reservas de grafite — mineração ocorre no país desde 1939 — a exploração e uso do material esbarra no corte das bolsas de incentivo à pesquisa, que atingem pesquisas do grafeno.

Não é preciso ir longe para ver pesquisas que foram afetadas. Na Universidade de Brasília (UnB), quatro bolsas da **Capes** foram cortadas no mês passado. A informação é do coordenador do programa de pós-graduação e professor do Instituto de Química da universidade, Leonardo Paterno. Segundo ele, uma das bolsas pertence a um aluno que estuda as aplicações biomédicas do grafeno para tratamento do câncer.

Leonardo Paterno acredita que o corte afeta diretamente o avanço das pesquisas do material e, com isso, o futuro da cadeia industrial do grafeno no Brasil. “O Brasil é avançado na pesquisa, mas precisa estar atualizado. O corte atinge a mão de obra, que são os alunos. O professor não vai para a bancada fazer a pesquisa, tem outras tarefas, quem vai fazer são os alunos e pesquisadores”, avalia.

Além disso, o fomento da pesquisa em si depende desse investimento. “A pesquisa em grafeno é barata comparado às outras, mas, ainda assim, eu preciso de dinheiro para comprar equipamentos e insumos”, afirma Leonardo. “A ciência é bem fundada e estabelecida no mundo e no Brasil, mas essa mão de obra precisa ser valorizada”, completa.

Qualidade

Especialistas afirmam que a grande quantidade do minério encontrado no país não o faz sair na frente na produção de grafeno. “O grafite é comum no mundo inteiro, não é uma particularidade do Brasil. É um material democrático. O que difere é a qualidade do grafite. Dependendo de como é a geologia do local de extração, o material muda”, explica Castro Neto. A pasta de Minas e Energia afirma que no Brasil “ainda não foi alcançada solução tecnológica para produção em larga escala.

Segundo pesquisadores, o momento é crucial já que outros países têm investido na área. “O investimento na China e Europa tem sido grande, então, significa que os frutos virão em breve. Uma vez que a produção está desenvolvida, é difícil você entrar na briga, você entra atrasado. Não faz sentido reinventar a roda”, avalia pesquisador Antonio Castro Neto, fundador e diretor do Centro de Pesquisa em Grafeno da Universidade Nacional de Singapura.

O fundador da empresa 2DM, produtora de grafeno, explica que a indústria brasileira poderia se inserir na indústria do material com inúmeras possibilidades. Atualmente, o grafeno já é comercializado em alguns produtos. “O grafeno pode ter muitas aplicações. Vai desde reforçar outros materiais, como concretos, tintas, revestimentos, até aplicações mais tecnológicas na indústria eletrônica, como telas de celulares e painéis solares”, afirma.

Castro Neto afirma que uma nova cadeia industrial, antes inexistente, está sendo formada com a descoberta do material. “No Brasil, é possível se inserir ao longo de toda essa cadeia, desde a extração até a indústria eletrônica, têxtil e outras”, indica. Na exploração do grafite, que é a matéria-prima do material.

Produção

O primeiro pólo na produção do material está localizado em Minas Gerais. O projeto MGgrafeno, uma parceria da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é a primeira planta piloto do Brasil para a produção de grafeno no país. O processo gera dois nanomateriais: o grafeno e as nanoplacas de grafeno.

O diretor do centro de pesquisa em Singapura esteve no Brasil no último mês com Konstantin Novoselov, vencedor do prêmio Nobel de Física de 2010 por ter isolado o grafeno. Os dois tiveram uma conversa com o presidente Jair Bolsonaro. Apesar de ter sido breve, Novoselov notou muita curiosidade do presidente no material e foi “entrevistado” pelo presidente, que fez muitas perguntas e tirou dúvidas.

Antes mesmo de assumir o mandato como chefe do Executivo, Bolsonaro já demonstrava interesse no material. Em discursos no plenário da Câmara dos Deputados ou nas redes sociais, Bolsonaro já falou sobre a exploração do grafeno como possível fonte de investimento no país. “A produção de uma bateria de grafeno, que poderá ser recarregada em poucos segundos. Imaginemos a revolução na indústria automobilística com esta bateria para os carros movidos a energia elétrica”, afirmou Bolsonaro quando ainda era deputado.

Em algumas citações sobre o material, o presidente atribuiu a falta de exploração do grafeno à existência do material em reservas indígenas. “No Brasil não existe terra rica que não exista também ali uma reserva indígena”, disse em um vídeo no qual fala do elemento.

Frente parlamentar

Na Câmara dos Deputados, o tema é debatido desde 2017. Já na época pesquisadores apontaram a falta de investimento de pesquisas sobre grafeno na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Em 2019, as discussões continuam e até uma frente parlamentar para discutir o tema foi criada. A iniciativa do deputado Giovanni Cherini (PR/RS) também envolve o nióbio e ficou conhecida como Frente do Nióbio e do Grafeno. Além disso, dois projetos de lei que citam o grafeno tramitam na Casa. Um deles estabelece a Política Nacional de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação dos Recursos Minerais. O outro limita a exportação e a exploração do grafeno e do nióbio.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

CNPq garante pagamento de 80 mil bolsistas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) afirmou que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estavam contingenciados. Ainda segundo o CNPq, os recursos liberados são do próprio órgão. No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Uma crise grave e sem saída à vista

Com tantas contradições, solução será mais dolorida

O Brasil vive uma crise profunda. A estagnação da economia, decorrente da dependência do capitalismo mundial, impôs uma grave crise social. Mais desemprego, perda de direitos, precarização e achatamento salarial. Essa situação resultou na atual crise política, em que o governo não representa os interesses da maioria do povo e da nação.

O grande capital quer se proteger da crise e implementa diversas medidas para salvar as grandes empresas e o capital financeiro. Apropriação de bens da natureza (petróleo, minérios, energia, água e biodiversidade) para obter uma renda extraordinária. Corte dos direitos trabalhistas para aumentar sua taxa de lucro. Privatização de 133 empresas que dão muito lucro. Transformação do direito à educação e à saúde em mercadoria. Subordinação ainda maior do nosso destino ao capital dos Estados Unidos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opinia/2019/09/uma-cri-se-grave-e-sem-saida-a-vista.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Incentivo ao conhecimento

CURADOR DOS PRÊMIOS FUNDAÇÃO BUNGE, É PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ESTUDOS AVANÇADOS (CONSEA-FIESP)

Uma das mais tradicionais e prestigiosas honrarias concedidas a homens e mulheres das ciências, das artes e das letras no Brasil é também uma das mais abrangentes. Criado em 1955 e outorgado anualmente desde 1956, o Prêmio Fundação Bunge já homenageou quase duas centenas de pesquisadores de diversos campos da ciência, bem como representantes das mais variadas manifestações artísticas e literárias produzidas no País.

Na primeira semana de outubro essa tradição se renova, coma consagração do trabalho do engenheiro agrônomo Luciano Cordoval de Barros, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e da extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater) Márcia Alves Esteves, responsáveis por importantes contribuições no campo da agricultura familiar; e dos artistas Paulo Ito e Raiz, cujas obras em grafite pelas ruas de São Paulo e de Manaus, respectivamente, são aplaudidas como exemplos notáveis da arte visual de rua nacional. Luciano e Paulo recebem o prêmio na categoria Vida e Obra, enquanto Márcia e Raiz são reconhecidos na categoria Juventude, concedido a pessoas de até 35 anos de idade.

A escolha de dois temas-foco tão específicos—agricultura familiar e arte visual de rua—e, à primeira vista, não diretamente relacionados à atuação de um gigante global do agronegócio é a penas amais recente demonstração da abrangência que a fundação procura dar à premiação. Que é, justamente, uma das maiores forças do projeto. Ao longo de sua história, tendo celebrado personalidades de toda sorte – artistas circenses, escultores, médicos, geógrafos, matemáticos, oceanógrafos, educadores, juristas, arqueólogos, críticos, linguistas, romancistas; a lista completa é demasiado extensa –, o prêmio segue fazendo jus ao propósito original que levou a Bunge a constituir a sua fundação, mais de seis décadas atrás: promover a excelência, o conhecimento humano, em toda a sua diversidade.

Nos dias atuais, poucas missões se mostram tão necessárias quanto esta: a de valorização do saber e, em especial, das pessoas que constroem o saber. Para além do justo reconhecimento dos premiados, creio que seria excelente haver iniciativas semelhantes de outras empresas e instituições da sociedade civil, independentemente do setor em que atuam, de defesa e incentivo à produção do conhecimento como um valor em si. Tenho a convicção de que a criatividade e o conhecimento são os melhores instrumentos de que dispomos para a promoção de desenvolvimento social e econômico em bases sustentáveis – outro propósito a que a Fundação Bunge se dedica. O que nos leva de volta aos dois temas contemplados pelo prêmio deste ano, como bons exemplos do que quero dizer.

Começamos pela agricultura familiar, setor cuja relevância para o Brasil e para o mundo já é, há algum tempo, inquestionável. Em números: 80% da produção mundial de alimentos vem, hoje, de produtores familiares (no Brasil, a expressão abrange também silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados). Gerando 65% do faturamento anual do agronegócio nacional, é também a agricultura familiar a maior responsável pelo desenvolvimento econômico das áreas rurais do País, onde emprega mais de 70% da população.

É na esfera da produção de conhecimento, porém, que a escolha pelo tema da agricultura familiar se mostra mais alinhada à tradição do Prêmio Fundação Bunge. Diferentemente da agricultura industrial, de larga escala, que opera com fatores em sua maioria já conhecidos e controlados, são os pequenos produtores, em interação direta com recursos naturais os mais diversos, que primeiro entram em contato com novas variedades, novos desafios ambientais e realizam processos iniciais de melhoramento de organismos e técnicas que mais adiante se revelam decisivos para o advento de tecnologias agrárias mais eficientes. Há um patrimônio de saberes nas comunidades de agricultores familiares que precisa ser respeitado, preservado e – num intercâmbio saudável com a academia e a indústria – aplicado em prol da produtividade agrícola sustentável.

Analogamente, também é de patrimônio que estamos falando quando pensamos em arte visual de rua. Um patrimônio de saberes estéticos e discursivos em torno de temas e questões que estão vivos na sociedade, mas nem sempre se encontram representados nos espaços institucionais de produção do pensamento nacional. Os grafites de forte cunho político pelos quais Paulo Ito é hoje internacionalmente admirado, assim como as representações de culturas indígenas amazônicas nas obras do jovem Raiz (o pseudônimo de Rai Campos Lucena), são saberes que talvez precisem menos do reconhecimento oficial da academia e do mercado do que o contrário.

A academia e o mercado da arte, na verdade, é que têm muito a ganhar, e a se renovar, com o agudo senso crítico e o sopro de diversidade, liberdade e independência que a arte visual de rua demonstra em seus melhores momentos. E cujo impacto, aliás, também pode ser estimado em números. Basta dizer que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Museus, em 2017 os dez museus mais visitados do País receberam, juntos, um público de quase 9 milhões de pessoas. Somente no túnel que liga a Doutor Arnaldo e a Paulista, duas das principais avenidas de São Paulo, um já histórico reduto do grafite nacional é visto pelo mesmo número de pessoas em apenas quatro meses.

A arte de rua tem o que dizer. A agricultura familiar tem o que ensinar. O que iniciativas como o Prêmio Fundação Bunge fazem é reconhecer o valor desses discursos e ensinamentos, ampliar ainda mais o seu alcance e seguir incentivando a produção e a troca de conhecimentos, na construção de um Brasil melhor.

Iniciativas como o Prêmio Fundação Bunge contribuem para um Brasil melhor

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Nem CLT nem funcionário

Como quase tudo neste ambiente polarizado em que vivemos, a questão do regime de trabalho dos professores das universidades está sendo discutida como tendo duas únicas possibilidades: ou somos a favor das universidades públicas, e defendemos o atual regime de funcionalismo público para professores e funcionários, ou somos contra, e queremos transformar todas as universidades em empresas comerciais, cobrando matrículas e vendendo serviços.

Na verdade, não tem que ser assim. O atual regime das universidades federais — em que todos os professores são funcionários do Ministério da Educação, e não das universidades, têm a mesma carreira em todo o país e estabilidade desde o dia em que passam no primeiro concurso — é totalmente inadequado, inclusive porque vai contra o princípio da autonomia universitária, que supõe que elas devam administrar com independência seus recursos humanos.

O simples regime CLT — em que os contratos são precários, e o professor pode ser demitido a qualquer momento com ou sem justa causa, e que predomina na maioria das instituições de ensino privadas no Brasil, sobretudo as de fins de lucro — também não é adequado para instituições cujo principal acervo é a reputação, competência e o envolvimento de seus professores. Existe alguma alternativa?

Claro que sim. Nos países que têm universidades de qualidade, as contratações não são feitas por concursos formais e burocráticos, em que a universidade delega a um grupo de professores a decisão de quem vai ser admitido para o resto da vida, e sim por processos de busca com a participação de professores, dirigentes, alunos e avaliadores externos, em que os candidatos passam por entrevistas e busca-se um consenso sobre se eles são os melhores para as funções que precisam ser preenchidas.

Ao contrário do que ocorre hoje nas universidades federais, os professores podem ser admitidos em diferentes níveis, e não somente em níveis iniciais, e os salários são negociados caso a caso, dependendo da qualificação dos candidatos, do mercado de

trabalho do setor e das prioridades da instituição. Além do salário, a negociação pode incluir outros elementos como recursos para pesquisa, equipamentos e auxílio-moradia. Alguns anos depois de contratados, os professores passam por uma ou mais avaliações aprofundadas, e podem adquirir contratos de mais longo prazo, estabilidade ou terem os contratos encerrados. Este processo se dá tanto em universidades públicas quanto privadas, que têm carreiras próprias que estabelecem com clareza as condições em que os contratos de trabalho podem ser revistos, e em que condições podem ser terminados. Além de professores pesquisadores de carreira em tempo integral, que tendem a ser poucos, as universidades também têm professores e instrutores temporários em tempo completo ou parcial, com contratos de duração variável. Técnicos e funcionários administrativos podem ter carreiras próprias, e são normalmente contratados pelas regras do setor privado.

É claro que este sistema de contratação é incompatível com a rigidez do serviço público. Para ter um sistema de pessoal moderno e funcional, as universidades precisam ter um estatuto legal próprio —no passado era o de fundações, que viraram autarquias, agora fala-se no modelo das organizações sociais, e se pode pensar em um outro modelo. O que dá o caráter público ou privado a uma instituição universitária não é o regime de trabalho de seus professores e funcionários, e sim se ela de fato desempenha funções públicas, recebe recursos públicos para cumprir suas missões e tem regras de governo, administração e avaliação que garantem que estas funções não sejam desvirtuadas.

Um dia, quem sabe, chegaremos lá.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Público e privado

O debate sobre um tema tão complexo não traz respostas consensuais ou definitivas

Alunos americanos e que estudam em escolas públicas tradicionais têm, na média nacional, desempenho idêntico em matemática e linguagem em comparação com aqueles de mesmas características que estão matriculados em charter schools, estabelecimentos privados que recebem financiamento público para atenderem gratuitamente crianças de baixa renda. Esta foi uma das conclusões de um relatório divulgado na semana passada, nos Estados Unidos, pelo Institute of Education Sciences (Instituto de Ciências Educacionais), órgão ligado ao ministério da Educação daquele país.

A disputa entre críticos e defensores da ampliação do financiamento estatal para o setor privado gera intensos debates nos Estados Unidos, onde há 3 milhões de crianças nessas escolas e 47 milhões em públicas tradicionais. Grupos que advogam em favor do modelo afirmaram que o relatório apresentado não pode ser tratado como conclusivo, pois há outros estudos que mostrariam que há vantagens em estudar numa escola charter. Já aqueles que se opõem à ideia citaram essa nova evidência como mais uma a mostrar que, além de não beneficiar o sistema como um todo, ela ainda traz prejuízos a alunos de escolas públicas.

O debate não é restrito aos Estados Unidos. No Brasil, uma proposta feita pelos deputados federais Tiago Mitraud (Novo-MG) e Marcelo Calero (Cidadania-RJ) no âmbito das discussões no Congresso da renovação do Fundeb (principal fonte de financiamento da educação básica) pode abrir uma brecha para que estados e municípios

utilizem dinheiro do fundo para financiar matrículas em instituições privadas.

Há algumas ponderações importantes a fazer antes de importar conclusões do contexto americano para o brasileiro. A primeira delas é que estamos falando de níveis de financiamento bastante distintos: o relatório Education at a Glance, divulgado neste mês pela OCDE, mostra que o gasto público por aluno no ensino fundamental no Brasil representa apenas 31% do registrado nos EUA.

Em reais, o Inep indica que o gasto por aluno no ensino fundamental é de algo em torno de R\$ 6.300 ao ano, o que daria uma mensalidade de pouco mais de R\$ 500. Não surpreende que colégios privados de elite, cobrando mensalidades iguais ou superiores a R\$3.000 e atendendo alunos de maior nível socioeconômico, apresentem resultados muito melhores em testes de desempenho. A dúvida é se temos no país um mercado privado capaz de oferecer em massa um ensino de qualidade por R\$ 500 (já incluindo custos com livros didáticos, alimentação, uniforme e transporte escolar).

Esse resultado teria que ser alcançado sem recorrer a nenhuma forma de segregação. Isso significa trabalhar com o mesmo público das públicas tradicionais. Sem, por exemplo, cobrar nenhuma taxa, sem negar matrículas de crianças com deficiência, e recebendo nomeio do ano estudantes transferidos de outras redes, mesmo quando estes carregam defasagens de aprendizagem, ou que saíram de outras escolas por problemas de indisciplina.

O debate sobre um tema tão complexo, mesmo quando feito a partir de evidências, não traz respostas consensuais ou definitivas, e a interpretação dos resultados dependerá também de opiniões prévias e visões de mundo distintas. A experiência americana mostra que tanto entre as charter quanto na rede pública tradicional, há excelentes e péssimas escolas. Antes de importar uma solução controversa como panaceia, talvez fosse mais produtivo buscar compreender as características que fazem algumas escolas serem mais bem-sucedidas do que outras no atendimento a alunos de baixa renda, sejam elas públicas ou privadas.

topo 

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Unisinos tem doutorado em Gestão e Negócios

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) lança o Doutorado Profissional em Gestão e Negócios, o primeiro programa que aborda essa área no Brasil. O novo curso foi aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

"O Doutorado Profissional em Gestão e Negócios mostra como a Unisinos é de vanguarda e como ela é inovadora, pois ela teve também o primeiro mestrado profissional em Direito do sul do Brasil. A universidade está sempre se renovando, ampliando seu portfólio de cursos e programas, o que a coloca entre as grandes escolas de Gestão e Negócios do Brasil", afirma a diretora da Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Dorotea Kersch.

O Doutorado Profissional em Gestão e Negócios da universidade é a aproximação da geração de conhecimento da academia com o contexto de aplicação: o ambiente profissional. Dessa forma, a instituição de Ensino Superior investe na formação de alto nível para pessoas com papéis de liderança em organizações, que buscam transformar

suas trajetórias profissionais e implementar mudanças no mercado de trabalho.

"O programa é voltado para profissionais e enfatiza a conexão da teoria com a prática. Seu objetivo é o desenvolvimento das pessoas e das organizações. Há atividades aplicadas de projetos de resolução de problemas reais, envolvendo pesquisa e planos de intervenção. Cada aluno estruturará seu plano de atividades internacional, um módulo de estudos que associará atividades práticas (como visitas, pesquisa ou atividades em empresas) e acadêmicas (aulas, pesquisa, reuniões com pesquisadores e/ou seminários)", relata o coordenador do Doutorado Profissional em Gestão e Negócios, Guilherme Trez. Ainda, segundo o coordenador do Doutorado, a estrutura curricular do programa contará com estratégias de coaching, que irão servir para o desenvolvimento pessoal dos doutorandos, além de fornecer subsídios para que eles trabalhem suas equipes no contexto profissional.

Além dos campi em São Leopoldo e Porto Alegre, a universidade está em sete estados. A Unisinos está presente nas unidades em Caxias do Sul (RS), São Paulo e Belo Horizonte, além de polos EaD no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Piauí.

Ela é mantida pela Associação Antônio Vieira, mantenedora de 21 unidades no Brasil. São instituições de ensino e entidades de assistência social, dentre as quais estão a Unisinos: São Leopoldo e Porto Alegre e os colégios Anchieta (Porto Alegre), Catarinense (Florianópolis/SC), Medianeira (Curitiba/PR) e a Escola Padre Arrupe (Teresina/PI). Informações adicionais na internet: <https://www.unisinos.br/mestrado-e-doutorado-profissional/gestao-e-negocios>.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Ministério da Economia libera recursos para pagar bolsas

BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou na sexta-feira que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estavam contingenciados.

No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3.000 bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (**Capes**). No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberasse crédito suplementar.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Governo Federal libera crédito de R\$ 21 mi para UFPI

Secretário adjunto de Fazenda assinou portaria com suplementação de R\$ 21,656 milhões para a Universidade Federal do Piauí (UFPI)

DE POLÍTICA

O secretário adjunto de Fazenda, Esteves Pedro Colnago Junior, assinou portaria que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 7,463 bilhões. A suplementação também beneficia a Universidade Federal do Piauí (UFPI), que teve a liberação de R\$ 21,656 milhões autorizada pelo Governo Federal. O ato foi

publicado na sexta-feira, dia 27. Do crédito suplementar para a UFPI, a maior parte é direcionada para aposentadorias e pensões civis, totalizando R\$ 11,946 milhões; por outro lado, foram R\$ 9,7 milhões autorizados para o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. A instituição de ensino superior, assim como outras pelo país, enfrenta uma série de empecilhos devido ao contingenciamento de recursos do MEC; no mês passado, a Ufpi chegou a indicar que a implantação das bolsas se encontra bloqueada na plataforma do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Na próxima segunda-feira, dia 30, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e a secretária adjunta Executiva, Maria Fernanda Bittencourt, concederão entrevista coletiva sobre os recursos descontingenciados para a Educação.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10 nesta segunda-feira (30) O programa foi lançado em abril deste ano e trata-se de um dos cursos da UAB para integrar as universidades públicas

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa. O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses.

O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem. Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza - química, física e biologia e áreas afins.

O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet. “Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capex** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância. As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio. A **Capex** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

Liberados recursos para pagamento de bolsas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou na sexta-feira, 27, que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estavam contingenciados. Ainda segundo o CNPq, os recursos liberados são do próprio órgão. No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberasse crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

Ministério da Economia libera recursos para garantir pagamento de bolsas de pós-graduação

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou na sexta-feira que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estavam contingenciados. Ainda segundo o CNPq, os recursos liberados são do próprio órgão. No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberasse crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Mais forte que diamante: corte de bolsas prejudica exploração de grafeno. Pesquisas para o uso do derivado do grafite estão paralisadas por contenção na Capes. Material mais forte do que o diamante e potente condutor de eletricidade tem inúmeras aplicações na indústria, mas extração ainda é limitada

Um material com espessura atômica, feito totalmente de carbono, mais forte que o diamante, mais resistente que o aço, um potente condutor de eletricidade e calor tem chamado a atenção de alguns países nos últimos anos. O grafeno, material derivado do grafite, possibilita a criação de uma nova cadeia industrial e, por isso, ganhou valor na agenda de governantes. O presidente da República Jair Bolsonaro não foge à regra e é considerado um entusiasta do material.

Mas apesar do interesse presidencial e de o Brasil, de acordo com o Ministério de Minas e Energia, estar em segundo lugar no ranking mundial de reservas de grafite — mineração ocorre no país desde 1939 — a exploração e uso do material esbarra no corte das bolsas de incentivo à pesquisa, que atingem pesquisas do grafeno.

Não é preciso ir longe para ver pesquisas que foram afetadas. Na Universidade de Brasília (UnB), quatro bolsas da **Capes** foram cortadas no mês passado. A informação é do coordenador do programa de pós-graduação e professor do Instituto de Química da universidade, Leonardo Paterno. Segundo ele, uma das bolsas pertence a um aluno que

estuda as aplicações biomédicas do grafeno para tratamento do câncer.

Leonardo Paterno acredita que o corte afeta diretamente o avanço das pesquisas do material e, com isso, o futuro da cadeia industrial do grafeno no Brasil. “O Brasil é avançado na pesquisa, mas precisa estar atualizado. O corte atinge a mão de obra, que são os alunos. O professor não vai para a bancada fazer a pesquisa, tem outras tarefas, quem vai fazer são os alunos e pesquisadores”, avalia.

Além disso, o fomento da pesquisa em si depende desse investimento. “A pesquisa em grafeno é barata comparado às outras, mas, ainda assim, eu preciso de dinheiro para comprar equipamentos e insumos”, afirma Leonardo. “A ciência é bem fundada e estabelecida no mundo e no Brasil, mas essa mão de obra precisa ser valorizada”, completa.

Qualidade

Especialistas afirmam que a grande quantidade do minério encontrado no país não o faz sair na frente na produção de grafeno. “O grafite é comum no mundo inteiro, não é uma particularidade do Brasil. É um material democrático. O que difere é a qualidade do grafite. Dependendo de como é a geologia do local de extração, o material muda”, explica Castro Neto. A pasta de Minas e Energia afirma que no Brasil “ainda não foi alcançada solução tecnológica para produção em larga escala.

Segundo pesquisadores, o momento é crucial já que outros países têm investido na área. “O investimento na China e Europa tem sido grande, então, significa que os frutos virão em breve. Uma vez que a produção está desenvolvida, é difícil você entrar na briga, você entra atrasado. Não faz sentido reinventar a roda”, avalia pesquisador Antonio Castro Neto, fundador e diretor do Centro de Pesquisa em Grafeno da Universidade Nacional de Singapura.

O fundador da empresa 2DM, produtora de grafeno, explica que a indústria brasileira poderia se inserir na indústria do material com inúmeras possibilidades. Atualmente, o grafeno já é comercializado em alguns produtos. “O grafeno pode ter muitas aplicações. Vai desde reforçar outros materiais, como concretos, tintas, revestimentos, até aplicações mais tecnológicas na indústria eletrônica, como telas de celulares e painéis solares”, afirma.

Castro Neto afirma que uma nova cadeia industrial, antes inexistente, está sendo formada com a descoberta do material. “No Brasil, é possível se inserir ao longo de toda essa cadeia, desde a extração até a indústria eletrônica, têxtil e outras”, indica. Na exploração do grafite, que é a matéria-prima do material.

Produção

O primeiro pólo na produção do material está localizado em Minas Gerais. O projeto MGgrafeno, uma parceria da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é a primeira planta piloto do Brasil para a produção de grafeno no país. O processo gera dois nanomateriais: o grafeno e as nanoplacas de grafeno.

O diretor do centro de pesquisa em Singapura esteve no Brasil no último mês com Konstantin Novoselov, vencedor do prêmio Nobel de Física de 2010 por ter isolado o

grafeno. Os dois tiveram uma conversa com o presidente Jair Bolsonaro. Apesar de ter sido breve, Novoselov notou muita curiosidade do presidente no material e foi “entrevistado” pelo presidente, que fez muitas perguntas e tirou dúvidas.

Antes mesmo de assumir o mandato como chefe do Executivo, Bolsonaro já demonstrava interesse no material. Em discursos no plenário da Câmara dos Deputados ou nas redes sociais, Bolsonaro já falou sobre a exploração do grafeno como possível fonte de investimento no país. “A produção de uma bateria de grafeno, que poderá ser recarregada em poucos segundos. Imaginemos a revolução na indústria automobilística com esta bateria para os carros movidos a energia elétrica”, afirmou Bolsonaro quando ainda era deputado.

Em algumas citações sobre o material, o presidente atribuiu a falta de exploração do grafeno à existência do material em reservas indígenas. “No Brasil não existe terra rica que não exista também ali uma reserva indígena”, disse em um vídeo no qual fala do elemento.

Frente parlamentar

Na Câmara dos Deputados, o tema é debatido desde 2017. Já na época pesquisadores apontaram a falta de investimento de pesquisas sobre grafeno na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Em 2019, as discussões continuam e até uma frente parlamentar para discutir o tema foi criada. A iniciativa do deputado Giovani Cherini (PR/RS) também envolve o nióbio e ficou conhecida como Frente do Nióbio e do Grafeno. Além disso, dois projetos de lei que citam o grafeno tramitam na Casa. Um deles estabelece a Política Nacional de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação dos Recursos Minerais. O outro limita a exportação e a exploração do grafeno e do nióbio.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ministério da Economia libera recursos para pagamento de bolsas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou na sexta-feira, 27, que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estava contingenciada.

No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberasse crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ministério da Economia libera recursos para pagamento de bolsas

Segundo o CNPq, os recursos liberados são do próprio órgão.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou na sexta-feira, 27, que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estavam contingenciados.

Ainda segundo o CNPq, os recursos liberados são do próprio órgão. No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberasse crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

65 mil brasileiros se aventuram para cursar Medicina em países vizinhos Número equivale a mais de um terço do total de alunos de Medicina de todo o Brasil. Situação chamou a atenção do Ministério da Educação

Internacionalmente conhecida por integrar um dos principais corredores de tráfico da América do Sul, a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero vem passando por uma transformação nos últimos dois anos.

Não que a atividade criminosa tenha cessado. A diferença é que se somaram ao cotidiano, marcado por seguranças armados em cada esquina e crimes bárbaros, milhares de brasileiros vindos de diferentes regiões em busca de um sonho: o diploma de Medicina.

Basta andar pela cidade, que faz fronteira com Ponta Porã (MS), e pelos corredores das faculdades para notar que esse movimento migratório é expressivo.

Na maioria das instituições de ensino, só se ouve o português. No entorno das universidades, é comum ver a oferta de coxinha e pastel, com preço em reais. Cresce ainda a construção de edifícios para repúblicas de estudantes.

Habitada por 116 mil pessoas, Pedro Juan Caballero tem nove faculdades de Medicina, nas quais estudam pelo menos 12 mil brasileiros. O número é superior, por exemplo, ao de vagas ofertadas por ano por todas as universidades públicas do Brasil (10,6 mil).

A migração em massa não é exclusiva de Pedro Juan nem do Paraguai. Universidades da Argentina e da Bolívia também vêm recebendo nos últimos anos um contingente de estudantes de fora.

Números inéditos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) obtidos pelo Estado mostram que as faculdades de Medicina desses três países sul-americanos já reúnem cerca de 65 mil brasileiros.

O número equivale a mais de um terço do total de alunos de Medicina de todo o Brasil.

Contando universidades públicas e privadas nacionais, são 167 mil estudantes no curso, segundo o Censo da Educação Superior de 2018.

A situação chamou a atenção do Ministério da Educação (MEC), que no ano passado, solicitou informações aos consulados dos três países.

O Itamaraty preparou um relatório. No documento, ao qual o Estado teve acesso, os cônsules detalham uma série de dificuldades vividas pelos brasileiros e relatam falhas no sistema de ensino.

Alguns dos cursos começam a funcionar sem sequer ter a habilitação do governo local. Outros até têm credenciamento, mas sofrem com estrutura precária, como falta de laboratórios e bibliotecas adequadas.

Dificuldades econômicas e com o idioma, cobranças irregulares por parte das universidades e até denúncias de abuso sexual de professores são mencionados.

“O meu relatório não foi muito positivo porque não posso esconder do governo brasileiro o que os alunos enfrentam todos os dias aqui”, disse o cônsul em Pedro Juan, Vitor Hugo de Souza Irigaray.

É a limitação econômica que tem levado tantos estudantes a optarem por estudar Medicina fora do País.

Atraídos por mensalidades que variam de R\$ 700 a R\$ 2 mil e pela facilidade de ingresso no curso (quase nenhuma das instituições realiza vestibular), os brasileiros veem na graduação no exterior a única forma de seguir a carreira médica e, assim, ter a chance de um futuro mais próspero ao regressar ao Brasil, onde o valor mensal cobrado pelas faculdades de Medicina fica entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil.

Para além dos preços e facilidades no ingresso, o que provocou o boom de estudantes nos últimos anos foi, segundo alunos e diretores de faculdades, a possibilidade de trabalho no Brasil pelo programa Mais Médicos. “Começou a criar um sonho de que esses estudantes conseguiriam voltar ao Brasil e trabalhar sem revalidar o diploma”, critica Diogo Leite Sampaio, vice-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

Em uma das faculdades visitadas em Pedro Juan, o número de vagas passou de 45 em 2017, quando o câmpus foi aberto, às atuais 4,5 mil. “Quando cheguei aqui, em 2016, eram cerca de 8 mil brasileiros estudando Medicina. Hoje, são de 12 mil a 13 mil. Só que nas faculdades mais novas, que ampliam as vagas indiscriminadamente, o ensino deixa muito a desejar”, disse o cônsul.

In loco

Em algumas universidades, a situação precária citada pelo cônsul é evidente até para leigos na área de formação médica. Em Pedro Juan Caballero, a reportagem visitou seis das nove faculdades médicas e falou com alunos. Pelo menos uma das instituições, a Universidade Privada del Guairá (UPG), está funcionando de maneira irregular, sem a habilitação do Conselho Nacional de Educação Superior (Cones). Mesmo assim, acumulava, em junho, 200 alunos – mais de 90% deles brasileiros.

O câmpus da faculdade foi improvisado em um galpão de metal em uma rua de terra. Embora a UPG já tenha estudantes desde outubro e cursando até o 3.º ano do curso (transferidos de outras instituições), os laboratórios ainda estão sendo montados. Em junho, não havia, por exemplo, laboratório para estudo de anatomia (necrotério), disciplina básica nos primeiros anos da carreira. Apesar disso, a faculdade tem apostado no marketing. Na porta de entrada do escritório da unidade, um cartaz, em português, oferece desconto aos alunos que trouxerem amigos para estudar na faculdade. A UPG é uma das mais baratas da região, com mensalidades a partir de R\$ 700.

A segunda faculdade mais econômica da cidade, embora conte com a habilitação do Cones e venha tentando modernizar sua estrutura nos últimos anos, também tem problemas em sua estrutura. Com mensalidade de cerca de R\$ 700, a Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap) até reúne laboratórios, mas no necrotério, por exemplo, não há cadáver disponível para as aulas de anatomia.

Outro problema de quase todas as faculdade visitadas é a biblioteca, geralmente restrita a quatro ou cinco prateleiras, com poucos exemplares. No documento elaborado pelos consulados ao MEC, há relatos ainda de falhas na organização da grade curricular, com aulas vagas e matérias incompletas. “Como os mesmos professores dão aula em várias faculdades, às vezes acontece de eles não conseguirem terminar a disciplina”, diz o estudante Vitor Lima, de 23 anos, natural de Goiânia e estudante do 2.º ano em Pedro Juan.

Mesmo algumas faculdades que hoje contam com a habilitação para funcionar abriram as portas em situação irregular. A situação é comum na região da fronteira. “A minha faculdade mesmo não estava regular quando entrei, e eu não sabia. Mas, ao longo dos anos, ela foi atrás dos documentos e hoje está tudo certinho”, afirma Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos, que está no 4.º ano da Universidade Sudamericana. A jovem é de Rolim de Moura (RO) e decidiu migrar para o Paraguai por causa dos altos preços das faculdades no Brasil. “As que eu pesquisei na minha região estavam entre R\$ 7 mil e R\$ 10 mil. Quando vim para cá, a mensalidade era R\$ 600.”

Reputação

Mas nem todas acumulam problemas. Das nove, duas têm melhor reputação e conseguiram o selo da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior (Aneaes), certificação de qualidade. Nessas instituições, as mensalidades variam entre R\$ 1,4 mil e R\$ 1,8 mil. Uma delas, a Universidade del Norte (Uninorte), tem tentado modernizar a estrutura. “No morgue, temos dez cadáveres para estudo. Temos também sala de simulação com um sistema de som que reproduz sons cardíacos e pulmonares para a prática dos alunos”, disse Rubén Gorgonio Medina Franco, coordenador da carreira de Medicina.

A Universidade Pacífico (UP), outra com certificação da Aneaes, está finalizando a construção de um moderno prédio na entrada da cidade, com hospital universitário para as práticas. “A primeira parte será aberta em 2020”, relata Natalia Vega, diretora de marketing da UP. Outra que pretende construir no futuro um hospital próprio é a Universidade Central do Paraguai (UCP). A instituição é uma das mais novas da região – abriu em 2017 –, mas já lidera em número de alunos: 4,5 mil, mais de 90% brasileiros. Para atrair todos os perfis, a instituição instalou até uma creche para filhos de

estudantes.

Superpopulação de alunos

A busca das universidades por uma unidade hospitalar própria para as práticas dos alunos não é apenas uma comodidade, mas uma necessidade cada vez mais urgente. Isso porque, com a explosão de estudantes de Medicina em Pedro Juan Caballero, o principal hospital da região não tem suprido a demanda.

Com apenas 90 leitos e estrutura precária, o Hospital Regional de Pedro Juan Caballero recebe todos os dias centenas de alunos. Em visita à unidade, a reportagem encontrou praticamente em todos os setores, da maternidade à psiquiatria, grupos de estudantes brasileiros. “Como são muitos alunos, a gente tem de ficar ‘brigando’ pelo paciente”, comenta Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos. Ela também reclama da estrutura dos hospitais. “Aqui é tudo mais simples, não tem muita tecnologia”, diz.

De fato, até a estrutura física do prédio chama a atenção pela simplicidade. O teto é de telha, sem forro, e há sujeira e bolor acumulados. Não há ar-condicionado nos espaços, no máximo um ventilador de teto, e muitos dos móveis, como armários e camas, estão quebrados ou malconservados.

No dia da visita do Estado à unidade, um bebê de 28 dias internado com bronquiolite era atendido em um leito comum, em um dos quartos com os problemas citados acima, pois não há estrutura de atendimento neonatal. As limitações fazem Vanessa e outros estudantes planejarem realizar o internato (período durante o 6.º ano da graduação em que o aluno faz uma espécie de estágio em um hospital) em algum centro médico do Brasil. Algumas faculdades paraguaias conseguiram firmar um acordo com hospitais brasileiros para tornar essa prática possível.

Se, por um lado, a estrutura física atrapalha o processo de aprendizado dos estudantes, eles elogiam a abordagem humanizada que são incentivados a adotar. “A maioria das pessoas que atendemos é muito humilde. Algumas são indígenas, não falam nem espanhol. Então temos de ter muita paciência, exercer o tempo todo a humildade”, comenta Marcos Cesar Ferreira dos Santos, de 42 anos, estudante do 4.º ano.

Marketing

Mesmo com o hospital da cidade sem condições de receber mais alunos, parte das faculdades de Pedro Juan Caballero e de outras cidades tem investido em estratégias de marketing pesadas voltadas ao público brasileiro. “Criamos um call center em português e contamos com captadores, que são alunos que firmam um contrato com a faculdade para ganhar uma remuneração se trouxer mais alunos. Mas não pode ser pouco, tem de ser pelo menos uns 20, segundo o contrato”, afirma Diego Hermosilla, coordenador administrativo da Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap), em Pedro Juan Caballero, que já conta com 1,4 mil estudantes de Medicina – 96% são brasileiros.

Para conseguir bater a meta de alunos atraídos, os captadores usam principalmente as redes sociais, como é o caso de Andiara Barros, de 29 anos, aluna do 5.º ano da Upap que mantém o perfil Medicina Informa, no Instagram, com posts e vídeos sobre o dia a dia dos alunos do curso no Paraguai. Ela também possui site, número de WhatsApp, canal no YouTube, página no Facebook e outros recursos para dar consultoria e atrair novos estudantes.

“O máximo que já consegui captar por semestre foi 150 alunos, mas em épocas mais fracas são de 40 a 60”, conta Andiará, que, com o valor obtido com as novas matrículas, consegue arcar com os custos das mensalidades.

Outra instituição que trabalha com captadores é a Universidade Central do Paraguai (UCP). O próprio diretor de Marketing da faculdade, Renato Michel, é aluno do 3.º ano de Medicina e também realiza ações de captação de novos estudantes. Neste semestre, a UPAP fez outra aposta na tentativa de atrair mais brasileiros: passará a oferecer o curso noturno, e não só o de período integral, como a maioria das faculdades. “É para dar a oportunidade de estudar a quem precisa trabalhar”, diz Herмосilla. Ele afirma que a carga horária será a mesma.

No noturno, os alunos terão aulas de seis horas, todos os dias. No integral, explica ele, a diferença é que o aluno tem aulas pela manhã e à tarde, mas nem todos os dias e com muitas janelas entre as diferentes aulas. “No curso noturno, as aulas serão mais concentradas.”

Busca pelo revalida cresce 1.336%

A situação das faculdades novatas e incertezas sobre o futuro do programa Mais Médicos e da revalidação do diploma no Brasil trazem angústia aos brasileiros que estudam no exterior e aos já formados. Alguns não sabem se conseguirão o diploma. Mesmo os que estudam em faculdades com situação regular não têm garantia de que poderão trabalhar no Brasil.

A maioria dos estudantes ouvidos pelo Estado diz que pretende revalidar o diploma para trabalhar no Brasil, mas estatísticas do Ministério da Educação (MEC) mostram que poucos conseguem. Nas sete edições do exame Revalida realizadas desde 2011, somente 19,9% dos brasileiros foram aprovados.

O número de inscritos no exame só aumenta. Em 2011, eram 297. Em 2017, o número saltou para 4.267, um crescimento de 1.336%. Além da dificuldade do exame, os estudantes estão agora angustiados com a falta de definição sobre o próximo Revalida. A última edição foi a de 2017, com sucessivos atrasos em suas duas fases, o que comprometeu as edições dos anos seguintes.

Formado em 2016, Rafael Lindolfo Carreteiro, de 26 anos, foi um dos últimos brasileiros formados no Paraguai que conseguiram ter o diploma revalidado. Para isso, porém, passou por uma longa espera. “A segunda fase do Revalida era para ser em março de 2018 e foi acontecer só em novembro. Meu diploma saiu só em maio deste ano. Foi um desespero. Cheguei a ficar com sintomas de depressão, porque foram tantos anos de luta e sacrifício para conseguir estudar fora e vinha o medo de não saber se conseguiria trabalhar.”

Após a revalidação, ele emitiu seu registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul e logo começou a trabalhar em um hospital de Ponta Porã como plantonista no pronto-socorro. Agora, estuda para a residência em cirurgia geral.

Sidnei Henrique Silva, de 28 anos, graduado em 2016, não conseguiu passar no Revalida 2017 e, sem ter outra chance, trabalha como assistente administrativo da

Secretaria da Saúde de Rio Pardo (MS). “Parece que eles (o governo) estão mais preocupados com os cubanos do que com a gente. Não queremos privilégio, apenas o direito de fazer a prova”, diz Silva. “Não me arrependo de ter estudado fora porque era a única forma de realizar meu sonho. Mas se alguém me perguntar hoje se deve ir, eu aconselho a não ir”, diz.

Formado em 2017, Emil Sleiman Tibcherani, de 30 anos, optou por trabalhar no Paraguai enquanto não consegue revalidar o diploma no Brasil. Ele é professor de histologia e primeiros auxílios da Uninorte, mesma universidade em que se formou, e atua como médico na cidade paraguaia de Rio Verde. “Para mim fica mais fácil trabalhar no Paraguai porque sou de Ponta Porã, então vivo perto da fronteira. Mas há colegas das Regiões Norte e Nordeste que se formaram aqui, voltaram para suas cidades e estão sem trabalhar.”

O cenário de incerteza fez um grupo de estudantes de Pedro Juan montar, em fevereiro, uma associação para representar brasileiros que estão na região em busca do diploma. A entidade (Ameex) tem 2.100 membros.

MEC

Questionado sobre o Revalida, o MEC afirmou que as provas e a divulgação dos resultados do exame de 2017 sofreram atraso por causa dos recursos movidos por candidatos e que busca de forma prioritária “sanar o lapso temporal” do Revalida com medidas de ajustes. Sobre a realização do próximo exame, o ministério informou que será “o mais breve possível”. A pasta prorrogou a portaria que criou um grupo de trabalho para discutir mudanças no Revalida – as propostas devem ser concluídas até o fim de outubro.

Para o cônsul do Brasil em Pedro Juan Caballero, Vitor Hugo de Souza Irigaray, a migração em massa de estudantes brasileiros à fronteira precisa de maior atenção do governo federal. Ele defende que seja formada uma missão com representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde para verificar a situação de alunos e faculdades. “Precisamos de médicos bem formados. Quem está em jogo não é o médico, é o paciente.”

Migração em busca do diploma

Se nas faculdades brasileiras o perfil predominante de alunos de Medicina é de jovens recém-saídos da adolescência e de classe alta, nas escolas médicas do Paraguai o grupo é mais diverso. Embora os jovens também sejam maioria por lá, há muitos casos de pessoas mais velhas, já formadas em outra área, que abandonaram emprego e casa no Brasil para cursar Medicina no exterior. A maioria toma a decisão depois de algum conhecido se aventurar e conseguir o diploma.

“Inicialmente meus pais me pediram para vir com meu irmão porque ele era muito jovem e achávamos que a região era perigosa. Então pensei que, já que eu ia morar aqui, poderia fazer Medicina também”, conta Luciana Mourão, de 36 anos. Formada em Economia e Design de Interiores, ela tinha uma franquía em Rondonópolis (MT). Vendeu o negócio e viajou com o irmão Lucio, de 21. “Hoje peguei gosto pela profissão”, conta ela.

Como Luciana e Lucio, muitos dos estudantes no Paraguai são do Centro-Oeste. Há

também muitos nascidos no Norte. A justificativa se dá pelo acesso facilitado à região da fronteira e pelo baixo número de vagas de Medicina nessas regiões. Segundo o último Censo da Educação Superior, com dados de 2018, as universidades brasileiras ofereceram no ano passado 35,6 mil vagas para novos alunos de Medicina, mas o número de inscritos para vestibulares da carreira passou de 1 milhão, uma média de 28 candidatos por vaga.

Sonho

Marcos Cesar Ferreira dos Santos sempre teve o sonho de ser médico, mas, por causa das altas mensalidades e do vestibular concorrido, nunca pensou que poderia concretizá-lo. Depois de se casar e ter dois filhos, passou por uma situação que o fez reviver sua intenção: o sogro foi diagnosticado com câncer e ele foi um dos que acompanhou de perto a batalha contra a doença. “Eu o via daquele jeito e queria ajudar, mas não sabia o que fazer.”

O sogro não resistiu à doença e morreu em 2014. Logo em seguida, o filho mais velho de Marcos, Gustavo, de 21 anos, começava a pensar no vestibular. “Perguntei o que ele ia fazer da vida e ele não estava muito certo, então sugeri essa possibilidade de fazermos Medicina juntos”, conta Marcos. A família tinha um primo que já havia migrado para o Paraguai para fazer o curso, o que deu alguma segurança na decisão.

Em 2016, Marcos se mudou, com a família inteira, da cidade de Cacoal, em Rondônia, para Ponta Porã. Hoje, pai e filho estão na mesma sala, no 4.º ano. Sem poder trabalhar em horário comercial por causa do curso integral e com duas mensalidades para pagar, Marcos resolveu abrir um churrasquinho na garagem de casa em Ponta Porã. No pequeno negócio, trabalham a mulher, na preparação dos espetos; Marcos, na churrasqueira; e Gustavo, no atendimento. Até o caçula, de 14 anos, dá uma mão. “A gente recebe pedidos pelo WhatsApp também. Tem noite que atendemos até 80 pessoas”, comemora Marcos.

A clientela é como se fosse da família. Quando pai e filho estão em semana de provas, avisam os clientes que o serviço não vai funcionar. “Eles entendem porque sabem que, acima de tudo, somos estudantes”, diz Gustavo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

fonte: Estadão Conteúdo

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Governo libera recursos para pagamento de 80 mil bolsas Recursos referentes ao mês de setembro estão assegurados

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou na sexta-feira, 27, que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estavam contingenciados.

Ainda segundo o CNPq, os recursos liberados são do próprio órgão.

No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberasse crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

65 mil brasileiros se aventuram para cursar Medicina em países vizinhos

Internacionalmente conhecida por integrar um dos principais corredores de tráfico da América do Sul, a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero vem passando por uma transformação nos últimos dois anos. Não que a atividade criminosa tenha cessado. A diferença é que se somaram ao cotidiano, marcado por seguranças armados em cada esquina e crimes bárbaros, milhares de brasileiros vindos de diferentes regiões em busca de um sonho: o diploma de Medicina.

Basta andar pela cidade, que faz fronteira com Ponta Porã (MS), e pelos corredores das faculdades para notar que esse movimento migratório é expressivo. Na maioria das instituições de ensino, só se ouve o português. No entorno das universidades, é comum ver a oferta de coxinha e pastel, com preço em reais. Cresce ainda a construção de edifícios para repúblicas de estudantes.

Habitada por 116 mil pessoas, Pedro Juan Caballero tem nove faculdades de Medicina, nas quais estudam pelo menos 12 mil brasileiros. O número é superior, por exemplo, ao de vagas ofertadas por ano por todas as universidades públicas do Brasil (10,6 mil). A migração em massa não é exclusiva de Pedro Juan nem do Paraguai. Universidades da Argentina e da Bolívia também vêm recebendo nos últimos anos um contingente de estudantes de fora. Números inéditos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) obtidos pelo Estado mostram que as faculdades de Medicina desses três países sul-americanos já reúnem cerca de 65 mil brasileiros. O número equivale a mais de um terço do total de alunos de Medicina de todo o Brasil. Contando universidades públicas e privadas nacionais, são 167 mil estudantes no curso, segundo o Censo da Educação Superior de 2018.

A situação chamou a atenção do Ministério da Educação (MEC), que, no ano passado, solicitou informações aos consulados dos três países. O Itamaraty preparou um relatório. No documento, ao qual o Estado teve acesso, os cônsules detalham uma série de dificuldades vividas pelos brasileiros e relatam falhas no sistema de ensino. Alguns dos cursos começam a funcionar sem sequer ter a habilitação do governo local. Outros até têm credenciamento, mas sofrem com estrutura precária, como falta de laboratórios e bibliotecas adequadas.

Dificuldades econômicas e com o idioma, cobranças irregulares por parte das universidades e até denúncias de abuso sexual de professores são mencionados. “O meu relatório não foi muito positivo porque não posso esconder do governo brasileiro o que os alunos enfrentam todos os dias aqui”, disse o cônsul em Pedro Juan, Vitor Hugo de Souza Irigaray.

É a limitação econômica que tem levado tantos estudantes a optarem por estudar Medicina fora do País. Atraídos por mensalidades que variam de R\$ 700 a R\$ 2 mil e

pela facilidade de ingresso no curso (quase nenhuma das instituições realiza vestibular), os brasileiros veem na graduação no exterior a única forma de seguir a carreira médica e, assim, ter a chance de um futuro mais próspero ao regressar ao Brasil, onde o valor mensal cobrado pelas faculdades de Medicina fica entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil.

Para além dos preços e facilidades no ingresso, o que provocou o boom de estudantes nos últimos anos foi, segundo alunos e diretores de faculdades, a possibilidade de trabalho no Brasil pelo programa Mais Médicos. “Começou a criar um sonho de que esses estudantes conseguiriam voltar ao Brasil e trabalhar sem revalidar o diploma”, critica Diogo Leite Sampaio, vice-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

Em uma das faculdades visitadas em Pedro Juan, o número de vagas passou de 45 em 2017, quando o câmpus foi aberto, às atuais 4,5 mil. “Quando cheguei aqui, em 2016, eram cerca de 8 mil brasileiros estudando Medicina. Hoje, são de 12 mil a 13 mil. Só que nas faculdades mais novas, que ampliam as vagas indiscriminadamente, o ensino deixa muito a desejar”, disse o cônsul.

In loco

Em algumas universidades, a situação precária citada pelo cônsul é evidente até para leigos na área de formação médica. Em Pedro Juan Caballero, a reportagem visitou seis das nove faculdades médicas e falou com alunos. Pelo menos uma das instituições, a Universidade Privada del Guairá (UPG), está funcionando de maneira irregular, sem a habilitação do Conselho Nacional de Educação Superior (Cones). Mesmo assim, acumulava, em junho, 200 alunos – mais de 90% deles brasileiros.

O câmpus da faculdade foi improvisado em um galpão de metal em uma rua de terra. Embora a UPG já tenha estudantes desde outubro e cursando até o 3.º ano do curso (transferidos de outras instituições), os laboratórios ainda estão sendo montados. Em junho, não havia, por exemplo, laboratório para estudo de anatomia (necrotério), disciplina básica nos primeiros anos da carreira. Apesar disso, a faculdade tem apostado no marketing. Na porta de entrada do escritório da unidade, um cartaz, em português, oferece desconto aos alunos que trouxerem amigos para estudar na faculdade. A UPG é uma das mais baratas da região, com mensalidades a partir de R\$ 700.

A segunda faculdade mais econômica da cidade, embora conte com a habilitação do Cones e venha tentando modernizar sua estrutura nos últimos anos, também tem problemas em sua estrutura. Com mensalidade de cerca de R\$ 700, a Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap) até reúne laboratórios, mas no necrotério, por exemplo, não há cadáver disponível para as aulas de anatomia.

Outro problema de quase todas as faculdade visitadas é a biblioteca, geralmente restrita a quatro ou cinco prateleiras, com poucos exemplares. No documento elaborado pelos consulados ao MEC, há relatos ainda de falhas na organização da grade curricular, com aulas vagas e matérias incompletas. “Como os mesmos professores dão aula em várias faculdades, às vezes acontece de eles não conseguirem terminar a disciplina”, diz o estudante Vitor Lima, de 23 anos, natural de Goiânia e estudante do 2.º ano em Pedro Juan.

Mesmo algumas faculdades que hoje contam com a habilitação para funcionar abriram as portas em situação irregular. A situação é comum na região da fronteira. “A minha

faculdade mesmo não estava regular quando entrei, e eu não sabia. Mas, ao longo dos anos, ela foi atrás dos documentos e hoje está tudo certinho”, afirma Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos, que está no 4.º ano da Universidade Sudamericana. A jovem é de Rolim de Moura (RO) e decidiu migrar para o Paraguai por causa dos altos preços das faculdades no Brasil. “As que eu pesquisei na minha região estavam entre R\$ 7 mil e R\$ 10 mil. Quando vim para cá, a mensalidade era R\$ 600.”

Reputação

Mas nem todas acumulam problemas. Das nove, duas têm melhor reputação e conseguiram o selo da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior (Aneaes), certificação de qualidade. Nessas instituições, as mensalidades variam entre R\$ 1,4 mil e R\$ 1,8 mil. Uma delas, a Universidade del Norte (Uninorte), tem tentado modernizar a estrutura. “No morgue, temos dez cadáveres para estudo. Temos também sala de simulação com um sistema de som que reproduz sons cardíacos e pulmonares para a prática dos alunos”, disse Rubén Gorgonio Medina Franco, coordenador da carreira de Medicina.

A Universidade Pacífico (UP), outra com certificação da Aneaes, está finalizando a construção de um moderno prédio na entrada da cidade, com hospital universitário para as práticas. “A primeira parte será aberta em 2020”, relata Natalia Vega, diretora de marketing da UP. Outra que pretende construir no futuro um hospital próprio é a Universidade Central do Paraguai (UCP). A instituição é uma das mais novas da região – abriu em 2017 -, mas já lidera em número de alunos: 4,5 mil, mais de 90% brasileiros. Para atrair todos os perfis, a instituição instalou até uma creche para filhos de estudantes.

Superpopulação de alunos

A busca das universidades por uma unidade hospitalar própria para as práticas dos alunos não é apenas uma comodidade, mas uma necessidade cada vez mais urgente. Isso porque, com a explosão de estudantes de Medicina em Pedro Juan Caballero, o principal hospital da região não tem suprido a demanda.

Com apenas 90 leitos e estrutura precária, o Hospital Regional de Pedro Juan Caballero recebe todos os dias centenas de alunos. Em visita à unidade, a reportagem encontrou praticamente em todos os setores, da maternidade à psiquiatria, grupos de estudantes brasileiros. “Como são muitos alunos, a gente tem de ficar ‘brigando’ pelo paciente”, comenta Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos. Ela também reclama da estrutura dos hospitais. “Aqui é tudo mais simples, não tem muita tecnologia”, diz.

De fato, até a estrutura física do prédio chama a atenção pela simplicidade. O teto é de telha, sem forro, e há sujeira e bolor acumulados. Não há ar-condicionado nos espaços, no máximo um ventilador de teto, e muitos dos móveis, como armários e camas, estão quebrados ou malconservados.

No dia da visita do Estado à unidade, um bebê de 28 dias internado com bronquiolite era atendido em um leito comum, em um dos quartos com os problemas citados acima, pois não há estrutura de atendimento neonatal. As limitações fazem Vanessa e outros estudantes planejarem realizar o internato (período durante o 6.º ano da graduação em que o aluno faz uma espécie de estágio em um hospital) em algum centro médico do

Brasil. Algumas faculdades paraguaias conseguiram firmar um acordo com hospitais brasileiros para tornar essa prática possível.

Se, por um lado, a estrutura física atrapalha o processo de aprendizado dos estudantes, eles elogiam a abordagem humanizada que são incentivados a adotar. “A maioria das pessoas que atendemos é muito humilde. Algumas são indígenas, não falam nem espanhol. Então temos de ter muita paciência, exercer o tempo todo a humildade”, comenta Marcos Cesar Ferreira dos Santos, de 42 anos, estudante do 4.º ano.

Marketing

Mesmo com o hospital da cidade sem condições de receber mais alunos, parte das faculdades de Pedro Juan Caballero e de outras cidades tem investido em estratégias de marketing pesadas voltadas ao público brasileiro. “Criamos um call center em português e contamos com captadores, que são alunos que firmam um contrato com a faculdade para ganhar uma remuneração se trouxer mais alunos. Mas não pode ser pouco, tem de ser pelo menos uns 20, segundo o contrato”, afirma Diego Hermosilla, coordenador administrativo da Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap), em Pedro Juan Caballero, que já conta com 1,4 mil estudantes de Medicina – 96% são brasileiros.

Para conseguir bater a meta de alunos atraídos, os captadores usam principalmente as redes sociais, como é o caso de Andriara Barros, de 29 anos, aluna do 5.º ano da Upap que mantém o perfil Medicina Informa, no Instagram, com posts e vídeos sobre o dia a dia dos alunos do curso no Paraguai. Ela também possui site, número de WhatsApp, canal no YouTube, página no Facebook e outros recursos para dar consultoria e atrair novos estudantes.

“O máximo que já consegui captar por semestre foi 150 alunos, mas em épocas mais fracas são de 40 a 60”, conta Andriara, que, com o valor obtido com as novas matrículas, consegue arcar com os custos das mensalidades.

Outra instituição que trabalha com captadores é a Universidade Central do Paraguai (UCP). O próprio diretor de Marketing da faculdade, Renato Michel, é aluno do 3.º ano de Medicina e também realiza ações de captação de novos estudantes. Neste semestre, a UPAP fez outra aposta na tentativa de atrair mais brasileiros: passará a oferecer o curso noturno, e não só o de período integral, como a maioria das faculdades. “É para dar a oportunidade de estudar a quem precisa trabalhar”, diz Hermosilla. Ele afirma que a carga horária será a mesma.

No noturno, os alunos terão aulas de seis horas, todos os dias. No integral, explica ele, a diferença é que o aluno tem aulas pela manhã e à tarde, mas nem todos os dias e com muitas janelas entre as diferentes aulas. “No curso noturno, as aulas serão mais concentradas.”

Busca pelo revalida cresce 1.336%

A situação das faculdades novatas e incertezas sobre o futuro do programa Mais Médicos e da revalidação do diploma no Brasil trazem angústia aos brasileiros que estudam no exterior e aos já formados. Alguns não sabem se conseguirão o diploma. Mesmo os que estudam em faculdades com situação regular não têm garantia de que poderão trabalhar no Brasil.

A maioria dos estudantes ouvidos pelo Estado diz que pretende revalidar o diploma para trabalhar no Brasil, mas estatísticas do Ministério da Educação (MEC) mostram que poucos conseguem. Nas sete edições do exame Revalida realizadas desde 2011, somente 19,9% dos brasileiros foram aprovados.

O número de inscritos no exame só aumenta. Em 2011, eram 297. Em 2017, o número saltou para 4.267, um crescimento de 1.336%. Além da dificuldade do exame, os estudantes estão agora angustiados com a falta de definição sobre o próximo Revalida. A última edição foi a de 2017, com sucessivos atrasos em suas duas fases, o que comprometeu as edições dos anos seguintes.

Formado em 2016, Rafael Lindolfo Carreteiro, de 26 anos, foi um dos últimos brasileiros formados no Paraguai que conseguiram ter o diploma revalidado. Para isso, porém, passou por uma longa espera. “A segunda fase do Revalida era para ser em março de 2018 e foi acontecer só em novembro. Meu diploma saiu só em maio deste ano. Foi um desespero. Cheguei a ficar com sintomas de depressão, porque foram tantos anos de luta e sacrifício para conseguir estudar fora e vinha o medo de não saber se conseguiria trabalhar.”

Após a revalidação, ele emitiu seu registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul e logo começou a trabalhar em um hospital de Ponta Porã como plantonista no pronto-socorro. Agora, estuda para a residência em cirurgia geral.

Sidnei Henrique Silva, de 28 anos, graduado em 2016, não conseguiu passar no Revalida 2017 e, sem ter outra chance, trabalha como assistente administrativo da Secretaria da Saúde de Rio Pardo (MS). “Parece que eles (o governo) estão mais preocupados com os cubanos do que com a gente. Não queremos privilégio, apenas o direito de fazer a prova”, diz Silva. “Não me arrependo de ter estudado fora porque era a única forma de realizar meu sonho. Mas se alguém me perguntar hoje se deve ir, eu aconselho a não ir”, diz.

Formado em 2017, Emil Sleiman Tibcherani, de 30 anos, optou por trabalhar no Paraguai enquanto não consegue revalidar o diploma no Brasil. Ele é professor de histologia e primeiros auxílios da Uninorte, mesma universidade em que se formou, e atua como médico na cidade paraguaia de Rio Verde. “Para mim fica mais fácil trabalhar no Paraguai porque sou de Ponta Porã, então vivo perto da fronteira. Mas há colegas das Regiões Norte e Nordeste que se formaram aqui, voltaram para suas cidades e estão sem trabalhar.”

O cenário de incerteza fez um grupo de estudantes de Pedro Juan montar, em fevereiro, uma associação para representar brasileiros que estão na região em busca do diploma. A entidade (Ameex) tem 2.100 membros.

MEC

Questionado sobre o Revalida, o MEC afirmou que as provas e a divulgação dos resultados do exame de 2017 sofreram atraso por causa dos recursos movidos por candidatos e que busca de forma prioritária “sanar o lapso temporal” do Revalida com medidas de ajustes. Sobre a realização do próximo exame, o ministério informou que será “o mais breve possível”. A pasta prorrogou a portaria que criou um grupo de trabalho para discutir mudanças no Revalida – as propostas devem ser concluídas até o

fim de outubro.

Para o cônsul do Brasil em Pedro Juan Caballero, Vitor Hugo de Souza Irigaray, a migração em massa de estudantes brasileiros à fronteira precisa de maior atenção do governo federal. Ele defende que seja formada uma missão com representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde para verificar a situação de alunos e faculdades. “Precisamos de médicos bem formados. Quem está em jogo não é o médico, é o paciente.”

Migração em busca do diploma

Se nas faculdades brasileiras o perfil predominante de alunos de Medicina é de jovens recém-saídos da adolescência e de classe alta, nas escolas médicas do Paraguai o grupo é mais diverso. Embora os jovens também sejam maioria por lá, há muitos casos de pessoas mais velhas, já formadas em outra área, que abandonaram emprego e casa no Brasil para cursar Medicina no exterior. A maioria toma a decisão depois de algum conhecido se aventurar e conseguir o diploma.

“Inicialmente meus pais me pediram para vir com meu irmão porque ele era muito jovem e achávamos que a região era perigosa. Então pensei que, já que eu ia morar aqui, poderia fazer Medicina também”, conta Luciana Mourão, de 36 anos. Formada em Economia e Design de Interiores, ela tinha uma franquia em Rondonópolis (MT). Vendeu o negócio e viajou com o irmão Lucio, de 21. “Hoje peguei gosto pela profissão”, conta ela.

Como Luciana e Lucio, muitos dos estudantes no Paraguai são do Centro-Oeste. Há também muitos nascidos no Norte. A justificativa se dá pelo acesso facilitado à região da fronteira e pelo baixo número de vagas de Medicina nessas regiões. Segundo o último Censo da Educação Superior, com dados de 2018, as universidades brasileiras ofereceram no ano passado 35,6 mil vagas para novos alunos de Medicina, mas o número de inscritos para vestibulares da carreira passou de 1 milhão, uma média de 28 candidatos por vaga.

Sonho

Marcos Cesar Ferreira dos Santos sempre teve o sonho de ser médico, mas, por causa das altas mensalidades e do vestibular concorrido, nunca pensou que poderia concretizá-lo. Depois de se casar e ter dois filhos, passou por uma situação que o fez reviver sua intenção: o sogro foi diagnosticado com câncer e ele foi um dos que acompanhou de perto a batalha contra a doença. “Eu o via daquele jeito e queria ajudar, mas não sabia o que fazer.”

O sogro não resistiu à doença e morreu em 2014. Logo em seguida, o filho mais velho de Marcos, Gustavo, de 21 anos, começava a pensar no vestibular. “Perguntei o que ele ia fazer da vida e ele não estava muito certo, então sugeri essa possibilidade de fazermos Medicina juntos”, conta Marcos. A família tinha um primo que já havia migrado para o Paraguai para fazer o curso, o que deu alguma segurança na decisão.

Em 2016, Marcos se mudou, com a família inteira, da cidade de Cacoal, em Rondônia, para Ponta Porã. Hoje, pai e filho estão na mesma sala, no 4.º ano. Sem poder trabalhar em horário comercial por causa do curso integral e com duas mensalidades para pagar, Marcos resolveu abrir um churrasquinho na garagem de casa em Ponta Porã. No

pequeno negócio, trabalham a mulher, na preparação dos espetos; Marcos, na churrasqueira; e Gustavo, no atendimento. Até o caçula, de 14 anos, dá uma mão. “A gente recebe pedidos pelo WhatsApp também. Tem noite que atendemos até 80 pessoas”, comemora Marcos.

A clientela é como se fosse da família. Quando pai e filho estão em semana de provas, avisam os clientes que o serviço não vai funcionar. “Eles entendem porque sabem que, acima de tudo, somos estudantes”, diz Gustavo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

65 mil brasileiros se aventuram para cursar Medicina em países vizinhos

Internacionalmente conhecida por integrar um dos principais corredores de tráfico da América do Sul, a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero vem passando por uma transformação nos últimos dois anos. Não que a atividade criminosa tenha cessado. A diferença é que se somaram ao cotidiano, marcado por seguranças armados em cada esquina e crimes bárbaros, milhares de brasileiros vindos de diferentes regiões em busca de um sonho: o diploma de Medicina.

Basta andar pela cidade, que faz fronteira com Ponta Porã (MS), e pelos corredores das faculdades para notar que esse movimento migratório é expressivo. Na maioria das instituições de ensino, só se ouve o português. No entorno das universidades, é comum ver a oferta de coxinha e pastel, com preço em reais. Cresce ainda a construção de edifícios para repúblicas de estudantes.

Habitada por 116 mil pessoas, Pedro Juan Caballero tem nove faculdades de Medicina, nas quais estudam pelo menos 12 mil brasileiros. O número é superior, por exemplo, ao de vagas ofertadas por ano por todas as universidades públicas do Brasil (10,6 mil). A migração em massa não é exclusiva de Pedro Juan nem do Paraguai.

Universidades da Argentina e da Bolívia também vêm recebendo nos últimos anos um contingente de estudantes de fora. Números inéditos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) obtidos pelo Estado mostram que as faculdades de Medicina desses três países sul-americanos já reúnem cerca de 65 mil brasileiros. O número equivale a mais de um terço do total de alunos de Medicina de todo o Brasil. Contando universidades públicas e privadas nacionais, são 167 mil estudantes no curso, segundo o Censo da Educação Superior de 2018.

A situação chamou a atenção do Ministério da Educação (MEC), que, no ano passado, solicitou informações aos consulados dos três países. O Itamaraty preparou um relatório. No documento, ao qual o Estado teve acesso, os cônsules detalham uma série de dificuldades vividas pelos brasileiros e relatam falhas no sistema de ensino. Alguns dos cursos começam a funcionar sem sequer ter a habilitação do governo local. Outros até têm credenciamento, mas sofrem com estrutura precária, como falta de laboratórios e bibliotecas adequadas.

Dificuldades econômicas e com o idioma, cobranças irregulares por parte das universidades e até denúncias de abuso sexual de professores são mencionados. "O meu relatório não foi muito positivo porque não posso esconder do governo brasileiro o que os alunos enfrentam todos os dias aqui", disse o cônsul em Pedro Juan, Vitor Hugo de

Souza Irigaray.

É a limitação econômica que tem levado tantos estudantes a optarem por estudar Medicina fora do País. Atraídos por mensalidades que variam de R\$ 700 a R\$ 2 mil e pela facilidade de ingresso no curso (quase nenhuma das instituições realiza vestibular), os brasileiros veem na graduação no exterior a única forma de seguir a carreira médica e, assim, ter a chance de um futuro mais próspero ao regressar ao Brasil, onde o valor mensal cobrado pelas faculdades de Medicina fica entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil.

Para além dos preços e facilidades no ingresso, o que provocou o boom de estudantes nos últimos anos foi, segundo alunos e diretores de faculdades, a possibilidade de trabalho no Brasil pelo programa Mais Médicos. "Começou a criar um sonho de que esses estudantes conseguiriam voltar ao Brasil e trabalhar sem revalidar o diploma", critica Diogo Leite Sampaio, vice-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

Em uma das faculdades visitadas em Pedro Juan, o número de vagas passou de 45 em 2017, quando o câmpus foi aberto, às atuais 4,5 mil. "Quando cheguei aqui, em 2016, eram cerca de 8 mil brasileiros estudando Medicina. Hoje, são de 12 mil a 13 mil. Só que nas faculdades mais novas, que ampliam as vagas indiscriminadamente, o ensino deixa muito a desejar", disse o cônsul.

In loco

Em algumas universidades, a situação precária citada pelo cônsul é evidente até para leigos na área de formação médica. Em Pedro Juan Caballero, a reportagem visitou seis das nove faculdades médicas e falou com alunos. Pelo menos uma das instituições, a Universidade Privada del Guairá (UPG), está funcionando de maneira irregular, sem a habilitação do Conselho Nacional de Educação Superior (Cones). Mesmo assim, acumulava, em junho, 200 alunos - mais de 90% deles brasileiros.

O campus da faculdade foi improvisado em um galpão de metal em uma rua de terra. Embora a UPG já tenha estudantes desde outubro e cursando até o 3.º ano do curso (transferidos de outras instituições), os laboratórios ainda estão sendo montados. Em junho, não havia, por exemplo, laboratório para estudo de anatomia (necrotério), disciplina básica nos primeiros anos da carreira. Apesar disso, a faculdade tem apostado no marketing. Na porta de entrada do escritório da unidade, um cartaz, em português, oferece desconto aos alunos que trouxerem amigos para estudar na faculdade. A UPG é uma das mais baratas da região, com mensalidades a partir de R\$ 700.

A segunda faculdade mais econômica da cidade, embora conte com a habilitação do Cones e venha tentando modernizar sua estrutura nos últimos anos, também tem problemas em sua estrutura. Com mensalidade de cerca de R\$ 700, a Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap) até reúne laboratórios, mas no necrotério, por exemplo, não há cadáver disponível para as aulas de anatomia.

Outro problema de quase todas as faculdades visitadas é a biblioteca, geralmente restrita a quatro ou cinco prateleiras, com poucos exemplares. No documento elaborado pelos consulados ao MEC, há relatos ainda de falhas na organização da grade curricular, com aulas vagas e matérias incompletas. "Como os mesmos professores dão aula em várias faculdades, às vezes acontece de eles não conseguirem terminar a disciplina", diz o estudante Vitor Lima, de 23 anos, natural de Goiânia e estudante do 2.º ano em Pedro

Juan.

Mesmo algumas faculdades que hoje contam com a habilitação para funcionar abriram as portas em situação irregular. A situação é comum na região da fronteira. "A minha faculdade mesmo não estava regular quando entrei, e eu não sabia. Mas, ao longo dos anos, ela foi atrás dos documentos e hoje está tudo certinho", afirma Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos, que está no 4.º ano da Universidade Sudamericana. A jovem é de Rolim de Moura (RO) e decidiu migrar para o Paraguai por causa dos altos preços das faculdades no Brasil. "As que eu pesquisei na minha região estavam entre R\$ 7 mil e R\$ 10 mil. Quando vim para cá, a mensalidade era R\$ 600."

Reputação

Mas nem todas acumulam problemas. Das nove, duas têm melhor reputação e conseguiram o selo da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior (Aneaes), certificação de qualidade. Nessas instituições, as mensalidades variam entre R\$ 1,4 mil e R\$ 1,8 mil. Uma delas, a Universidade del Norte (Uninorte), tem tentado modernizar a estrutura. "No morgue, temos dez cadáveres para estudo. Temos também sala de simulação com um sistema de som que reproduz sons cardíacos e pulmonares para a prática dos alunos", disse Rubén Gorgonio Medina Franco, coordenador da carreira de Medicina.

A Universidade Pacífico (UP), outra com certificação da Aneaes, está finalizando a construção de um moderno prédio na entrada da cidade, com hospital universitário para as práticas. "A primeira parte será aberta em 2020", relata Natalia Vega, diretora de marketing da UP. Outra que pretende construir no futuro um hospital próprio é a Universidade Central do Paraguai (UCP). A instituição é uma das mais novas da região - abriu em 2017 -, mas já lidera em número de alunos: 4,5 mil, mais de 90% brasileiros. Para atrair todos os perfis, a instituição instalou até uma creche para filhos de estudantes.

Superpopulação de alunos

A busca das universidades por uma unidade hospitalar própria para as práticas dos alunos não é apenas uma comodidade, mas uma necessidade cada vez mais urgente. Isso porque, com a explosão de estudantes de Medicina em Pedro Juan Caballero, o principal hospital da região não tem suprido a demanda.

Com apenas 90 leitos e estrutura precária, o Hospital Regional de Pedro Juan Caballero recebe todos os dias centenas de alunos. Em visita à unidade, a reportagem encontrou praticamente em todos os setores, da maternidade à psiquiatria, grupos de estudantes brasileiros. "Como são muitos alunos, a gente tem de ficar brigando pelo paciente", comenta Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos. Ela também reclama da estrutura dos hospitais. "Aqui é tudo mais simples, não tem muita tecnologia", diz.

De fato, até a estrutura física do prédio chama a atenção pela simplicidade. O teto é de telha, sem forro, e há sujeira e bolor acumulados. Não há ar-condicionado nos espaços, no máximo um ventilador de teto, e muitos dos móveis, como armários e camas, estão quebrados ou malconservados.

No dia da visita do Estado à unidade, um bebê de 28 dias internado com bronquiolite

era atendido em um leito comum, em um dos quartos com os problemas citados acima, pois não há estrutura de atendimento neonatal. As limitações fazem Vanessa e outros estudantes planejarem realizar o internato (período durante o 6.º ano da graduação em que o aluno faz uma espécie de estágio em um hospital) em algum centro médico do Brasil. Algumas faculdades paraguaias conseguiram firmar um acordo com hospitais brasileiros para tornar essa prática possível.

Se, por um lado, a estrutura física atrapalha o processo de aprendizado dos estudantes, eles elogiam a abordagem humanizada que são incentivados a adotar. "A maioria das pessoas que atendemos é muito humilde. Algumas são indígenas, não falam nem espanhol. Então temos de ter muita paciência, exercer o tempo todo a humildade", comenta Marcos Cesar Ferreira dos Santos, de 42 anos, estudante do 4.º ano.

Marketing

Mesmo com o hospital da cidade sem condições de receber mais alunos, parte das faculdades de Pedro Juan Caballero e de outras cidades tem investido em estratégias de marketing pesadas voltadas ao público brasileiro. "Criamos um call center em português e contamos com captadores, que são alunos que firmam um contrato com a faculdade para ganhar uma remuneração se trouxer mais alunos. Mas não pode ser pouco, tem de ser pelo menos uns 20, segundo o contrato", afirma Diego Hermosilla, coordenador administrativo da Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap), em Pedro Juan Caballero, que já conta com 1,4 mil estudantes de Medicina - 96% são brasileiros.

Para conseguir bater a meta de alunos atraídos, os captadores usam principalmente as redes sociais, como é o caso de Andíara Barros, de 29 anos, aluna do 5.º ano da Upap que mantém o perfil Medicina Informa, no Instagram, com posts e vídeos sobre o dia a dia dos alunos do curso no Paraguai. Ela também possui site, número de WhatsApp, canal no YouTube, página no Facebook e outros recursos para dar consultoria e atrair novos estudantes.

"O máximo que já consegui captar por semestre foi 150 alunos, mas em épocas mais fracas são de 40 a 60", conta Andíara, que, com o valor obtido com as novas matrículas, consegue arcar com os custos das mensalidades.

Outra instituição que trabalha com captadores é a Universidade Central do Paraguai (UCP). O próprio diretor de Marketing da faculdade, Renato Michel, é aluno do 3.º ano de Medicina e também realiza ações de captação de novos estudantes. Neste semestre, a UPAP fez outra aposta na tentativa de atrair mais brasileiros: passará a oferecer o curso noturno, e não só o de período integral, como a maioria das faculdades. "É para dar a oportunidade de estudar a quem precisa trabalhar", diz Hermosilla. Ele afirma que a carga horária será a mesma.

No noturno, os alunos terão aulas de seis horas, todos os dias. No integral, explica ele, a diferença é que o aluno tem aulas pela manhã e à tarde, mas nem todos os dias e com muitas janelas entre as diferentes aulas. "No curso noturno, as aulas serão mais concentradas."

Busca pelo Revalida cresce 1.336%

A situação das faculdades novatas e incertezas sobre o futuro do programa Mais Médicos e da revalidação do diploma no Brasil trazem angústia aos brasileiros que

estudam no exterior e aos já formados. Alguns não sabem se conseguirão o diploma. Mesmo os que estudam em faculdades com situação regular não têm garantia de que poderão trabalhar no Brasil.

A maioria dos estudantes ouvidos pelo Estado diz que pretende revalidar o diploma para trabalhar no Brasil, mas estatísticas do Ministério da Educação (MEC) mostram que poucos conseguem. Nas sete edições do exame Revalida realizadas desde 2011, somente 19,9% dos brasileiros foram aprovados.

O número de inscritos no exame só aumenta. Em 2011, eram 297. Em 2017, o número saltou para 4.267, um crescimento de 1.336%. Além da dificuldade do exame, os estudantes estão agora angustiados com a falta de definição sobre o próximo Revalida. A última edição foi a de 2017, com sucessivos atrasos em suas duas fases, o que comprometeu as edições dos anos seguintes.

Formado em 2016, Rafael Lindolfo Carreiro, de 26 anos, foi um dos últimos brasileiros formados no Paraguai que conseguiram ter o diploma revalidado. Para isso, porém, passou por uma longa espera. "A segunda fase do Revalida era para ser em março de 2018 e foi acontecer só em novembro. Meu diploma saiu só em maio deste ano. Foi um desespero. Cheguei a ficar com sintomas de depressão, porque foram tantos anos de luta e sacrifício para conseguir estudar fora e vinha o medo de não saber se conseguiria trabalhar."

Após a revalidação, ele emitiu seu registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul e logo começou a trabalhar em um hospital de Ponta Porã como plantonista no pronto-socorro. Agora, estuda para a residência em cirurgia geral.

Sidnei Henrique Silva, de 28 anos, graduado em 2016, não conseguiu passar no Revalida 2017 e, sem ter outra chance, trabalha como assistente administrativo da Secretaria da Saúde de Rio Pardo (MS). "Parece que eles (o governo) estão mais preocupados com os cubanos do que com a gente. Não queremos privilégio, apenas o direito de fazer a prova", diz Silva. "Não me arrependo de ter estudado fora porque era a única forma de realizar meu sonho. Mas se alguém me perguntar hoje se deve ir, eu aconselho a não ir", diz.

Formado em 2017, Emil Sleiman Tibcherani, de 30 anos, optou por trabalhar no Paraguai enquanto não consegue revalidar o diploma no Brasil. Ele é professor de histologia e primeiros auxílios da Uninorte, mesma universidade em que se formou, e atua como médico na cidade paraguaia de Rio Verde. "Para mim fica mais fácil trabalhar no Paraguai porque sou de Ponta Porã, então vivo perto da fronteira. Mas há colegas das Regiões Norte e Nordeste que se formaram aqui, voltaram para suas cidades e estão sem trabalhar."

O cenário de incerteza fez um grupo de estudantes de Pedro Juan montar, em fevereiro, uma associação para representar brasileiros que estão na região em busca do diploma. A entidade (Ameex) tem 2.100 membros.
MEC

Questionado sobre o Revalida, o MEC afirmou que as provas e a divulgação dos resultados do exame de 2017 sofreram atraso por causa dos recursos movidos por

candidatos e que busca de forma prioritária "sanar o lapso temporal" do Revalida com medidas de ajustes. Sobre a realização do próximo exame, o ministério informou que será "o mais breve possível". A pasta prorrogou a portaria que criou um grupo de trabalho para discutir mudanças no Revalida - as propostas devem ser concluídas até o fim de outubro.

Para o cônsul do Brasil em Pedro Juan Caballero, Vitor Hugo de Souza Irigaray, a migração em massa de estudantes brasileiros à fronteira precisa de maior atenção do governo federal. Ele defende que seja formada uma missão com representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde para verificar a situação de alunos e faculdades. "Precisamos de médicos bem formados. Quem está em jogo não é o médico, é o paciente."

Migração em busca do diploma

Se nas faculdades brasileiras o perfil predominante de alunos de Medicina é de jovens recém-saídos da adolescência e de classe alta, nas escolas médicas do Paraguai o grupo é mais diverso. Embora os jovens também sejam maioria por lá, há muitos casos de pessoas mais velhas, já formadas em outra área, que abandonaram emprego e casa no Brasil para cursar Medicina no exterior. A maioria toma a decisão depois de algum conhecido se aventurar e conseguir o diploma.

"Inicialmente meus pais me pediram para vir com meu irmão porque ele era muito jovem e achávamos que a região era perigosa. Então pensei que, já que eu ia morar aqui, poderia fazer Medicina também", conta Luciana Mourão, de 36 anos. Formada em Economia e Design de Interiores, ela tinha uma franquia em Rondonópolis (MT). Vendeu o negócio e viajou com o irmão Lucio, de 21. "Hoje peguei gosto pela profissão", conta ela.

Como Luciana e Lucio, muitos dos estudantes no Paraguai são do Centro-Oeste. Há também muitos nascidos no Norte. A justificativa se dá pelo acesso facilitado à região da fronteira e pelo baixo número de vagas de Medicina nessas regiões. Segundo o último Censo da Educação Superior, com dados de 2018, as universidades brasileiras ofereceram no ano passado 35,6 mil vagas para novos alunos de Medicina, mas o número de inscritos para vestibulares da carreira passou de 1 milhão, uma média de 28 candidatos por vaga.

Sonho

Marcos Cesar Ferreira dos Santos sempre teve o sonho de ser médico, mas, por causa das altas mensalidades e do vestibular concorrido, nunca pensou que poderia concretizá-lo. Depois de se casar e ter dois filhos, passou por uma situação que o fez reviver sua intenção: o sogro foi diagnosticado com câncer e ele foi um dos que acompanhou de perto a batalha contra a doença. "Eu o via daquele jeito e queria ajudar, mas não sabia o que fazer."

O sogro não resistiu à doença e morreu em 2014. Logo em seguida, o filho mais velho de Marcos, Gustavo, de 21 anos, começava a pensar no vestibular. "Perguntei o que ele ia fazer da vida e ele não estava muito certo, então sugeri essa possibilidade de fazermos Medicina juntos", conta Marcos. A família tinha um primo que já havia migrado para o Paraguai para fazer o curso, o que deu alguma segurança na decisão.

Em 2016, Marcos se mudou, com a família inteira, da cidade de Cacoal, em Rondônia, para Ponta Porã. Hoje, pai e filho estão na mesma sala, no 4.º ano. Sem poder trabalhar em horário comercial por causa do curso integral e com duas mensalidades para pagar, Marcos resolveu abrir um churrasquinho na garagem de casa em Ponta Porã. No pequeno negócio, trabalham a mulher, na preparação dos espetos; Marcos, na churrasqueira; e Gustavo, no atendimento. Até o caçula, de 14 anos, dá uma mão. "A gente recebe pedidos pelo WhatsApp também. Tem noite que atendemos até 80 pessoas", comemora Marcos.

A clientela é como se fosse da família. Quando pai e filho estão em semana de provas, avisam os clientes que o serviço não vai funcionar. "Eles entendem porque sabem que, acima de tudo, somos estudantes", diz Gustavo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministério da Economia libera recursos para pagamento de bolsas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou na sexta-feira, 27, que o pagamento de outubro das 80 mil bolsas de pós-graduação, referente ao mês de setembro, está assegurado. De acordo com o órgão, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos que estavam contingenciados.

Ainda segundo o CNPq, os recursos liberados são do próprio órgão.

No início do mês, o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberasse crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

País de maus bofes

Autoridades esboiceando à solta estimulam a que seus esbirros façam o mesmo

O ministro da Educação, por exemplo, mesmo incapaz de tomar um ditado, não abre mão da arrogância. E dá-lhe de corte de verbas, desamparo a órgãos centenários e desprezo por funções que ele nem é capaz de entender, como a de professor universitário. E é contagioso. Uma autoridade esboiceando à solta estimula a que um esbirro do quarto escalão agrida uma heroína da cultura brasileira e fique por isso mesmo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2019/09/pais-de-maus-bofes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Weintraub disse aos donos de universidades privadas o que todos já deveriam ter dito

"Vocês têm que se virar", disse o ministro da educação sobre dívidas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse aos donos de universidades privadas que namoram um refresco para se livrar do calote que estimularam no Programa de Financiamento Estudantil (Fies) o que todos os ministros já deveriam ter dito:

“O que o governo vai fazer por vocês? Nada. Vocês têm que se virar.”

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/09/weintraub-disse-aos-donos-de-universidades-privadas-o-que-todos-ja-deveriam-ter-dito.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Mesmo em países ricos, apoio do Estado a pesquisa é essencial

Trajetória de cientistas de reconhecimento internacional demonstra relevância do investimento na educação

[RESUMO] Trajetória de cientistas brasileiros de reconhecimento internacional — como Daniel Takahashi, com pós-doutorado na Universidade de Princeton (EUA)— demonstra a relevância do investimento público na educação e rebate o mito de que pesquisas não contam com apoio do Estado em países ricos.

Por quase uma década, o cientista Daniel Takahashi viveu uma rotina que daria inveja a muitos pesquisadores brasileiros que hoje temem ver seus projetos paralisados por conta de decisões do governo federal, que anunciou o bloqueio de verbas para universidades federais e cortes nas bolsas de estudo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/mesmo-em-paises-ricos-apoio-do-estado-a-pesquisa-e-essencial.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Medicina fora do País mistura sonho e risco

65 mil brasileiros se aventuram em universidades de países vizinhos, algumas sem habilitação ou com estrutura precária

Universidade UPG, em Pedro Juan Caballero, na fronteira paraguaia: 65 mil brasileiros se aventuram em faculdades de Medicina na Argentina, na Bolívia e no Paraguai, informa a enviada especial Fabiana Cambricoli. Algumas não têm habilitação e oferecem estrutura precária.

Internacionalmente conhecida por integrar um dos principais corredores de tráfico da América do Sul, a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero vem passando por uma transformação nos últimos dois anos. Não que a atividade criminosa tenha cessado. A diferença é que se somaram ao cotidiano, marcado por seguranças armados em cada esquina e crimes bárbaros, milhares de brasileiros vindos de diferentes regiões em busca de um sonho: o diploma de Medicina.

Basta andar pela cidade, que faz fronteira com Ponta Porã (MS), e pelos corredores das faculdades para notar que esse movimento migratório é expressivo. Na maioria das instituições de ensino, só se ouve o português. No entorno das universidades, é comum ver a oferta de coxinha e pastel, com preço em reais. Cresce ainda a construção de

edifícios para repúblicas de estudantes.

Habitada por 116 mil pessoas, Pedro Juan Caballero tem nove faculdades de Medicina, nas quais estudam pelo menos 12 mil brasileiros. O número é superior, por exemplo, ao de vagas ofertadas por ano por todas as universidades públicas do Brasil (10,6 mil). A migração em massa não é exclusiva de Pedro Juan nem do Paraguai. Universidades da Argentina e da Bolívia também vêm recebendo nos últimos anos um contingente de estudantes de fora. Números inéditos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) obtidos pelo Estado mostram que as faculdades de Medicina desses três países sul-americanos já reúnem cerca de 65 mil brasileiros. O número equivale a mais de um terço do total de alunos de Medicina de todo o Brasil. Contando universidades públicas e privadas nacionais, são 167 mil estudantes no curso, segundo o Censo da Educação Superior de 2018.

A situação chamou a atenção do Ministério da Educação (MEC), que, no ano passado, solicitou aos consulados dos três países informações. O Itamaraty preparou um relatório. No documento, ao qual o Estado teve acesso, os cônsules detalham uma série de dificuldades vividas pelos brasileiros e relatam falhas no sistema de ensino. Alguns dos cursos começam a funcionar sem sequer ter a habilitação do governo local. Outros até têm credenciamento, mas sofrem com estrutura precária, como falta de laboratórios e bibliotecas adequadas.

Dificuldades econômicas e com o idioma, cobranças irregulares por parte das universidades e até denúncias de abuso sexual de professores são mencionados. “O meu relatório não foi muito positivo porque não posso esconder do governo brasileiro o que os alunos enfrentam todos os dias aqui”, disse o cônsul em Pedro Juan, Vitor Hugo de Souza Irigaray.

É a limitação econômica que tem levado tantos estudantes a optarem por estudar Medicina fora do País. Atraídos por mensalidades que variam de R\$ 700 a R\$ 2 mil e pela facilidade de ingresso no curso (quase nenhuma das instituições realiza vestibular), os brasileiros veem na graduação no exterior a única forma de seguir a carreira médica e, assim, ter a chance de um futuro mais próspero ao regressar ao Brasil, onde o valor mensal cobrado pelas faculdades de Medicina fica entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil.

Para além dos preços e facilidades no ingresso, o que provocou o boom de estudantes nos últimos anos foi, segundo alunos e diretores de faculdades, a possibilidade de trabalho no Brasil pelo programa Mais Médicos. “Começou a criar um sonho de que esses estudantes conseguiriam voltar ao Brasil e trabalhar sem revalidar o diploma”, critica Diogo Leite Sampaio, vice-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

Em uma das faculdades visitadas em Pedro Juan, o número de vagas passou de 45 em 2017, quando o câmpus foi aberto, às atuais 4,5 mil. “Quando cheguei aqui, em 2016, eram cerca de 8 mil brasileiros estudando Medicina. Hoje, são de 12 mil a 13 mil. Só que nas faculdades mais novas, que ampliam as vagas indiscriminadamente, o ensino deixa muito a desejar”, disse o cônsul.

In loco. Em algumas universidades, a situação precária citada pelo cônsul é evidente até para leigos na área de formação médica. Em Pedro Juan Caballero, a reportagem visitou seis das nove faculdades médicas e falou com alunos. Pelo menos uma das instituições,

a Universidade Privada del Guairá (UPG), está funcionando de maneira irregular, sem a habilitação do Conselho Nacional de Educação Superior (Cones). Mesmo assim, acumulava, em junho, 200 alunos – mais de 90% deles brasileiros. O câmpus da faculdade foi improvisado em um galpão de metal em uma rua de terra. Embora a UPG já tenha estudantes desde outubro e cursando até o 3.º ano do curso (transferidos de outras instituições), os laboratórios ainda estão sendo montados. Em junho, não havia, por exemplo, laboratório para estudo de anatomia (necrotério), disciplina básica nos primeiros anos da carreira. Apesar disso, a faculdade tem apostado no marketing. Na porta de entrada do escritório da unidade, um cartaz, em português, oferece desconto aos alunos que trouxerem amigos para estudar na faculdade. A UPG é uma das mais baratas da região, com mensalidades a partir de R\$ 700.

A segunda faculdade mais econômica da cidade, embora conte com a habilitação do Cones e venha tentando modernizar sua estrutura nos últimos anos, também tem problemas em sua estrutura. Com mensalidade de cerca de R\$ 700, a Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap) até reúne laboratórios, mas no necrotério, por exemplo, não há cadáver disponível para as aulas de anatomia.

Outro problema de quase todas as faculdades visitadas é a biblioteca, geralmente restrita a quatro ou cinco prateleiras, com poucos exemplares. No documento elaborado pelos consulados ao MEC, há relatos ainda de falhas na organização da grade curricular, com aulas vagas e matérias incompletas. "Como os mesmos professores dão aula em várias faculdades, às vezes acontece de eles não conseguirem terminar a disciplina", diz o estudante Vitor Lima, de 23 anos, natural de Goiânia e estudante do 2.º ano em Pedro Juan.

Mesmo algumas faculdades que hoje contam com a habilitação para funcionar abriram as portas em situação irregular. A situação é comum na região da fronteira. "A minha faculdade mesmo não estava regular quando entrei, e eu não sabia. Mas, ao longo dos anos, ela foi atrás dos documentos e hoje está tudo certo", afirma Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos, que está no 4.º ano da Universidade Sudamericana. A jovem é de Rolim de Moura (RO) e decidiu migrar para o Paraguai por causa dos altos preços das faculdades no Brasil. "As que eu pesquisei na minha região estavam entre R\$ 7 mil e R\$ 10 mil. Quando vim para cá, a mensalidade era R\$ 600."

Reputação. Mas nem todas acumulam problemas. Das nove, duas têm melhor reputação e conseguiram o selo da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior (Aneaes), certificação de qualidade. Nessas instituições, as mensalidades variam entre R\$ 1,4 mil e R\$ 1,8 mil. Uma delas, a Universidade del Norte (Uninorte), tem tentado modernizar a estrutura. "No morgue, temos dez cadáveres para estudo. Temos também sala de simulação com um sistema de som que reproduz sons cardíacos e pulmonares para a prática dos alunos", disse Rubén Gorgonio Medina Franco, coordenador da carreira de Medicina.

A Universidade Pacífico (UP), outra com certificação da Aneaes, está finalizando a construção de um moderno prédio na entrada da cidade, com hospital universitário para as práticas. "A primeira parte será aberta em 2020", relata Natalia Vega, diretora de marketing da UP. Outra que pretende construir no futuro um hospital próprio é a Universidade Central do Paraguai (UCP). A instituição é uma das mais novas da região - abriu em 2017 -, mas já lidera em número de alunos: 4,5 mil, mais de 90% brasileiros.

Para atrair todos os perfis, a instituição instalou até uma creche para filhos de estudantes.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

BUSCA PELO EXAME REVALIDA CRESCE 1.336%

A maioria dos estudantes ouvidos pelo 'Estado' do outro lado da fronteira quer fazer a prova. Mas taxa de aprovação é de apenas 19%

A situação das faculdades novas e incertezas sobre o futuro do programa Mais Médicos e da revalidação do diploma no Brasil trazem angústia aos brasileiros que estudam no exterior e aos já formados. Alguns não sabem se conseguirão o diploma. Mesmo os que estudam em faculdades com situação regular não têm garantia de que poderão trabalhar no Brasil.

A maioria dos estudantes ouvidos pelo Estado diz que pretende revalidar o diploma para trabalhar no Brasil, mas estatísticas do Ministério da Educação (MEC) mostram que poucos conseguem. Nas sete edições do exame Revalida realizadas desde 2011, somente 19,9% dos brasileiros foram aprovados.

O número de inscritos no exame só aumenta. Em 2011, eram 297. Em 2017, o número saltou para 4.267, um crescimento de 1.336%. Além da dificuldade do exame, os estudantes estão agora angustiados com a falta de definição sobre o próximo Revalida. A última edição foi a de 2017, com sucessivos atrasos em suas duas fases, o que comprometeu as edições dos anos seguintes.

Formado em 2016, Rafael Lindolfo Carreiro, de 26 anos, foi um dos últimos brasileiros formados no Paraguai que conseguiram ter o diploma revalidado. Para isso, porém, passou por uma longa espera. “A segunda fase do Revalida era para ser em março de 2018 e foi acontecer só em novembro. Meu diploma saiu só em maio deste ano. Foi um desespero. Cheguei a ficar com sintomas de depressão, porque foram tantos anos de luta e sacrifício para conseguir estudar fora e vinha o medo de não saber se conseguiria trabalhar.”

Após a revalidação, ele emitiu seu registro no Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul e logo começou a trabalhar em um hospital de Ponta Porã como plantonista no pronto-socorro. Agora, estuda para a residência em cirurgia geral.

Sidnei Henrique Silva, de 28 anos, graduado em 2016, não conseguiu passar no Revalida 2017 e, sem ter outra chance, trabalha como assistente administrativo da Secretaria da Saúde de Rio Pardo (MS). “Parece que eles (o governo) estão mais preocupados com os cubanos do que com a gente. Não queremos privilégio, apenas o direito de fazer a prova”, diz Silva. “Não me arrependo de ter estudado fora porque era a única forma de realizar meu sonho. Mas se alguém me perguntar hoje se deve ir, eu aconselho a não ir”, diz.

Formado em 2017, Emil Sleiman Tibcherani, de 30 anos, optou por trabalhar no Paraguai enquanto não consegue revalidar o diploma no Brasil. Ele é professor de histologia e primeiros auxílios da Uninorte, mesma universidade em que se formou, e atua como médico na cidade paraguaia de Rio Verde. “Para mim fica mais fácil trabalhar no Paraguai porque sou de Ponta Porã, então vivo perto da fronteira. Mas há colegas das Regiões Norte e Nordeste que se formaram aqui, voltaram para suas cidades

e estão sem trabalhar.”

O cenário de incerteza fez um grupo de estudantes de Pedro Juan montar, em fevereiro, uma associação para representar brasileiros que estão na região em busca do diploma. A entidade (Ameex) tem 2.100 membros.

MEC. Questionado sobre o Revalida, o MEC afirmou que as provas e a divulgação dos resultados do exame de 2017 sofreram atraso por causa dos recursos movidos por candidatos e que busca de forma prioritária “sanar o lapso temporal” do Revalida com medidas de ajustes. Sobre a realização do próximo exame, o ministério informou que será “o mais breve possível”. A pasta prorrogou a portaria que criou um grupo de trabalho para discutir mudanças no Revalida – as propostas devem ser concluídas até o fim de outubro.

Para o cônsul do Brasil em Pedro Juan Caballero, Vitor Hugo de Souza Irigaray, a migração em massa de estudantes brasileiros à fronteira precisa de maior atenção do governo federal. Ele defende que seja formada uma missão com representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde para verificar a situação de alunos e faculdades. “Precisamos de médicos bem formados. Quem está em jogo não é o médico, é o paciente.” / F.C.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE SUPERPOPULAÇÃO DE ALUNOS CAUSA DISPUTA DE PACIENTE

Para atrair mais ‘vizinhos’, as instituições paraguaias investem em call center em português, ‘influencers’ e até curso noturno com 6h/dia

A busca das universidades por uma unidade hospitalar própria para as práticas dos alunos não é apenas uma comodidade, mas uma necessidade cada vez mais urgente. Isso porque, com a explosão de estudantes de Medicina em Pedro Juan Caballero, o principal hospital da região não tem suprido a demanda.

Com apenas 90 leitos e estrutura precária, o Hospital Regional de Pedro Juan Caballero recebe todos os dias centenas de alunos. Em visita à unidade, a reportagem encontrou praticamente em todos os setores, da maternidade à psiquiatria, grupos de estudantes brasileiros. “Como são muitos alunos, a gente tem de ficar ‘brigando’ pelo paciente”, comenta Vanessa Sibely Veronica Santos da Silva, de 20 anos. Ela também reclama da estrutura dos hospitais. “Aqui é tudo mais simples, não tem muita tecnologia”, diz.

De fato, até a estrutura física do prédio chama a atenção pela simplicidade. O teto é de telha, sem forro, e há sujeira e bolor acumulados. Não há ar condicionado nos espaços, no máximo um ventilador de teto, e muitos dos móveis, como armários e camas, estão quebrados ou mal conservados.

No dia da visita do Estado à unidade, um bebê de 28 dias internado com bronquiolite era atendido em um leito comum, em um dos quartos com os problemas citados acima, pois não há estrutura de atendimento neonatal. As limitações fazem Vanessa e outros estudantes planejarem realizar o internato (período durante o 6.º ano da graduação em que o aluno faz uma espécie de estágio em um hospital) em algum centro médico do Brasil. Algumas faculdades paraguaias conseguiram firmar um acordo com hospitais brasileiros para tornar essa prática possível.

Se, por um lado, a estrutura física atrapalha o processo de aprendizado dos estudantes, eles elogiam a abordagem humanizada que são incentivados a adotar. “A maioria das pessoas que atendemos é muito humilde. Algumas são indígenas, não falam nem espanhol. Então temos de ter muita paciência, exercer o tempo todo a humildade”, comenta Marcos Cesar Ferreira dos Santos, de 42 anos, estudante do 4.º ano.

Marketing. Mesmo com o hospital da cidade sem condições de receber mais alunos, parte das faculdades de Pedro Juan Caballero e de outras cidades tem investido em estratégias de marketing pesadas voltadas ao público brasileiro. “Criamos um call center em português e contamos com captadores, que são alunos que firmam um contrato com a faculdade para ganhar uma remuneração se trouxer mais alunos. Mas não pode ser pouco, tem de ser pelo menos uns 20, segundo o contrato”, afirma Diego Hermosilla, coordenador administrativo da Universidade Politécnica e Artística do Paraguai (Upap), em Pedro Juan Caballero, que já conta com 1,4 mil estudantes de Medicina – 96% são brasileiros.

Para conseguir bater a meta de alunos atraídos, os captadores usam principalmente as redes sociais, como é o caso de Andíara Barros, de 29 anos, aluna do 5.º ano da Upap que mantém o perfil Medicina Informa, no Instagram, com posts e vídeos sobre o dia a dia dos alunos do curso no Paraguai. Ela também possui site, número de WhatsApp, canal no YouTube, página no Facebook e outros recursos para dar consultoria e atrair novos estudantes.

“O máximo que já consegui captar por semestre foi 150 alunos, mas em épocas mais fracas são de 40 a 60”, conta Andíara, que, com o valor obtido com as novas matrículas, consegue arcar com os custos das mensalidades.

Outra instituição que trabalha com captadores é a Universidade Central do Paraguai (UCP). O próprio diretor de Marketing da faculdade, Renato Michel, é aluno do 3.º ano de Medicina e também realiza ações de captação de novos estudantes. Neste semestre, a UPAP fez outra aposta na tentativa de atrair mais brasileiros: passará a oferecer o curso noturno, e não só o de período integral, como a maioria das faculdades. “É para dar a oportunidade de estudar a quem precisa trabalhar”, diz Hermosilla. Ele afirma que a carga horária será a mesma.

Carga horária. No noturno, os alunos terão aulas de seis horas, todos os dias. No integral, explica ele, a diferença é que o aluno tem aulas pela manhã e à tarde, mas nem todos os dias e com muitas janelas entre as diferentes aulas. “No curso noturno, as aulas serão mais concentradas.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE JÁ GRADUADOS E ATÉ IRMÃOS MIGRAM EM BUSCA DO DIPLOMA Colegas de classe, pai e filho vendem espetinho para pagar curso e contam com o apoio de toda a família, que trocou Cacoal (RO) por Ponta Porã

Se nas faculdades brasileiras o perfil predominante de alunos de Medicina é de jovens recém-saídos da adolescência e de classe alta, nas escolas médicas do Paraguai o grupo é mais diverso. Embora os jovens também sejam maioria por lá, há muitos casos de pessoas mais velhas, já formadas em outra área, que abandonaram emprego e casa no Brasil para cursar Medicina no exterior. A maioria toma a decisão depois de algum conhecido se aventurar e conseguir o diploma.

“Inicialmente meus pais me pediram para vir com meu irmão porque ele era muito jovem e achávamos que a região era perigosa. Então pensei que, já que eu ia morar aqui, poderia fazer Medicina também”, conta Luciana Mourão, de 36 anos. Formada em Economia e Design de Interiores, ela tinha uma franquia em Rondonópolis (MT). Vendeu o negócio e viajou com o irmão Lucio, de 21. “Hoje peguei gosto pela profissão”, conta ela.

Como Luciana e Lucio, muitos dos estudantes no Paraguai são do CentroOeste. Há também muitos nascidos no Norte. A justificativa se dá pelo acesso facilitado à região da fronteira e pelo baixo número de vagas de Medicina nessas regiões. Segundo o último Censo da Educação Superior, com dados de 2018, as universidades brasileiras ofereceram no ano passado 35,6 mil vagas para novos alunos de Medicina, mas o número de inscritos para vestibulares da carreira passou de 1 milhão, uma média de 28 candidatos por vaga.

Sonho. Marcos Cesar Ferreira dos Santos sempre teve o sonho de ser médico, mas, por causa das altas mensalidades e do vestibular concorrido, nunca pensou que poderia concretizá-lo. Depois de se casar e ter dois filhos, passou por uma situação que o fez reviver sua intenção: o sogro foi diagnosticado com câncer e ele foi um dos que acompanhou de perto a batalha contra a doença. “Eu o via daquele jeito e queria ajudar, mas não sabia o que fazer.”

O sogro não resistiu à doença e morreu em 2014. Logo em seguida, o filho mais velho de Marcos, Gustavo, de 21 anos, começava a pensar no vestibular. “Perguntei o que ele ia fazer da vida e ele não estava muito certo, então sugeri essa possibilidade de fazermos Medicina juntos”, conta Marcos. A família tinha um primo que já havia migrado para o Paraguai para fazer o curso, o que deu alguma segurança na decisão.

Em 2016, Marcos se mudou, com a família inteira, da cidade de Cacoal, em Rondônia, para Ponta Porã. Hoje, pai e filho estão na mesma sala, no 4.º Marcos e Gustavo. Pausa nos espetinhos só nas semanas de provas

ano. Sem poder trabalhar em horário comercial por causa do curso integral e com duas mensalidades para pagar, Marcos resolveu abrir um churrasquinho na garagem de casa em Ponta Porã. No pequeno negócio, trabalham a mulher, na preparação dos espetos; Marcos, na churrasqueira; e Gustavo, no atendimento. Até o caçula, de 14 anos, dá uma mão. “A gente recebe pedidos pelo WhatsApp também. Tem noite que atendemos até 80 pessoas”, comemora Marcos.

A clientela é como se fosse da família. Quando pai e filho estão em semana de provas, avisam os clientes que o serviço não vai funcionar. “Eles entendem porque sabem que, acima de tudo, somos estudantes”, diz Gustavo.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

O futuro de jovens pobres

É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

A educação, independentemente do perfil do aluno, já é um problema de difícil solução.

Nos debatemos há anos para conseguir dinheiro, formar bem os professores, ter boa gestão, metas claras, currículo, avaliação. Mais complicado ainda para qualquer país é melhorar a educação oferecidas aos adolescentes da camada pobre da população.

Estudos internacionais indicam grande correlação entre nível socioeconômico e desempenho em avaliações. Quer dizer, já estão em desvantagem e acabam aprendendo menos que os mais ricos. Os alunos vulneráveis estudam ainda nas escolas com professores menos preparados e com piores materiais. Até a quantidade de horas/aula de Ciência é menor: estudantes ricos têm 35 minutos a mais, por semana, do que os pobres, segundo dados do Pisa, exame feito pela OCDE em mais de 30 países.

Na semana passada, foi divulgado um estudo que pretendia mapear escolas públicas que atendem alunos de baixo nível socioeconômico e conseguem ótima aprendizagem no ensino médio. O nome da pesquisa é Excelência com Equidade, mas infelizmente não foi possível identificar algo que pudesse ser chamado de excelente.

Os organizadores do estudo, feito pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), Fundação Lemann, Instituto Unibanco e Itaú BBA, tiveram de adaptar a régua da excelência que eles haviam usado no ensino fundamental. Nenhuma escola pública que atende alunos de baixa renda está entre os melhores resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por exemplo. Nenhuma também tem 70% dos alunos com desempenho adequado em Português e Matemática no Saeb, avaliação feita pelo Ministério da Educação.

Ao baixar os critérios e considerar escolas com pelo menos bons índices de aprovação e notas próximas da média em provas nacionais, os pesquisadores conseguiram chegar a um total de 100 colégios. Isso equivale a 2% das 5.042 escolas públicas de ensino médio que atendem alunos de baixo nível socioeconômico.

A maioria está no Ceará (55 delas), seguido por Espírito Santo, Goiás e Pernambuco. Duas delas estão no Estado de São Paulo, em Birigui e Teodoro Sampaio, e são técnicas, não escolas estaduais comuns. Uma amostra desse grupo passou então a ser analisada de perto para se compreender a razão do relativo sucesso.

O estudo mostrou claramente que escolas de ensino médio com bons resultados são escolas de ensino integral. Dessas 100, 82 funcionam com mais horas/aula e currículo diversificado, com disciplinas optativas. Apesar da vantagem já conhecida e mais uma vez confirmada, o MEC este ano não repassou os recursos para o programa de ensino integral de escolas em todo o País.

O ensino que dá certo oferece em seu currículo oportunidades para adolescentes se dedicarem a empreendedorismo, física experimental, oficina de redação e também a elaborar um projeto de vida. Um aluno entrevistado pela repórter Isabela Palhares para o

Estado disse que achou ruim quando sua escola se tornou integral porque “estava na idade de trabalhar e ajudar em casa”. “Mas já no primeiro dia de aula os professores me mostraram que eu podia mais, que posso sonhar e ter a profissão que quiser se eu terminar os estudos”, disse Geovanni Alves, de 18 anos.

Ninguém tem dúvidas de que a educação traz benefícios tanto para o indivíduo quanto

para a sociedade. Um país mais educado tem economia melhor, mais produtividade, mais equidade. Mas nossos jovens pobres cada vez mais desistem da escola porque não veem sentido nela. Não há como ter esperança de um Brasil melhor sem uma juventude melhor.

Escolas de ensino médio com bons resultados são integrais, com mais horas/aula

topo ↕

JORNAL PEQUENO - MA - GERAL

UEMA é referência entre universidades públicas na oferta de Educação a Distância

A oferta é ampla, reunindo cursos livres, ensino técnico, graduação, especialização e, em breve, o primeiro mestrado a distância, na área de educação especial e inclusiva

Em um contexto de avanço do Ensino a Distância no Brasil – segundo o Censo da Educação Superior 2018, o número de cursos EaD aumentou 51% em relação a 2017 –, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) é referência em todo o país.

Segundo a coordenadora geral do Núcleo de Tecnologias para a Educação (UEMANet), Ilka Márcia Ribeiro Serra, a UEMA é pioneira entre as universidades públicas brasileiras credenciadas em EaD. “Esse ano, nós completamos 21 anos que fazemos Educação a Distância, atendendo alunos em todo o estado e fora dele”, afirma.

A oferta é ampla, reunindo cursos livres, ensino técnico, graduação, especialização e, em breve, o primeiro mestrado a distância, na área de educação especial e inclusiva. “No mundo inteiro há cursos de mestrado e doutorado a distância, mas o primeiro regulamento para isso foi aprovado no Brasil no final do ano passado”, contextualiza.

Devido à grande demanda, a perspectiva é que professores de todo o Brasil se inscrevam no edital, previsto para ser lançado em novembro, com início das aulas em 2020. Bem conceituado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** do Ministério da Educação, o mestrado a distância da UEMA já nasce com perspectiva de internacionalização, devido a colaboração de professores da Universidade Aberta de Portugal em seu programa.

Educação do futuro

De acordo com Ilka Ribeiro, o crescimento e a ampliação do Ensino a Distância no Brasil é reflexo de um novo momento da educação no país. Se antes o perfil do aluno EaD era de pessoas mais velhas, sobretudo mulheres, que não tiveram acesso à universidade, hoje os estudantes de EaD são jovens profissionais, de ambos os sexos, que já estiveram nos bancos do ensino superior e buscam uma segunda graduação.

O novo público comprova o respeito conquistado pela modalidade EaD no meio educacional e atesta uma preferência do mercado por profissionais com esse tipo de formação, que agrega a aprendizagem no uso de ferramentas tecnológicas.

“A maioria das empresas hoje contratam profissionais que estudaram a distância por entender que, para além do conteúdo, essas pessoas estão incluídas tecnologicamente e são mais autônomas, disciplinadas, não dependem do chefe para tomar decisões”, diz Ilka.

O avanço do EaD pressiona, inclusive, o ensino tradicional a uma reformulação pedagógica, com amparo maior na tecnologia. “A tendência é que o curso presencial absorva características do curso a distância, conduzindo para uma educação híbrida”, explica a professora Ilka.

Infraestrutura

Por meio do UEMAnet, a universidade ultrapassa hoje os muros dos campi e chega a mais cidades maranhenses por meio do suporte tecnológico de 30 polos EaD espalhados no Maranhão. Os investimentos em prédios de educação presencial, por meio da Universidade Estadual da Região Tocantina (UemaSul) e, em breve, com a chegada da UEMA em São Bento, também servem de suporte para levar o Ensino a Distância para mais lugares do estado.

Segundo Ilka Ribeiro, a UEMA de São Bento tem previsão para inaugurar em dezembro, onde irá funcionar cursos como Tecnólogo em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Tecnologia de Alimentos, nas modalidades presencial e EaD. O vestibular será em 2020.

A UEMA conta, hoje, com aproximadamente 12 mil alunos de EaD distribuídos em cursos de graduação, especialização, cursos técnicos e livres. Alunos que podem se destacar tanto quanto Leonardo da Conceição Silva, 28 anos, que recém-formado no Curso de Formação Pedagógica EaD da UEMA, pólo Santa Inês, venceu o Prêmio de Excelência Acadêmica com seu TCC.

Natural de Buriticupu, Leonardo conta que tinha preconceitos com a formação a distância, que caíram por terra durante o curso. “É mais difícil que o presencial, e requer muita disciplina e bom uso do tempo”, afirma.

Já graduado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), a partir da graduação a distância via UEMA, que lhe possibilitou a premiação nacional, Leonardo ganhou uma bolsa para o mestrado, que pretende cursar em São Luís.

Oportunidade que só foi possível pela flexibilização do ensino superior via do EaD. “A minha bandeira é essa. Eu venho do ensino presencial, mas eu defendo a educação a distância não só por conta de todas as características importantes de ensino-aprendizagem que ela agrega, mas pela possibilidade de democratizar o ensino superior”, defende a coordenadora geral do UEMAnet.

topo ↕

METRO- SÃO PAULO - ECONOMIA

Capex abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

O DIA - PI - BRASIL

Capex tem 3.920 vagas para o "Ciência é 10"

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização a distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas a distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza - química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser

formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis no site da **Capes** (capes.gov.br).

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade a distância.

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Um movimento parao futuro

“Aos 20 anos, a Rede FTC está madura”, afirma William Oliveira, Presidente da Instituição que, neste domingo (29), celebra duas décadas de atuação no mercado de educação superior. A satisfação do Gestor vem do crescimento exponencial que o Grupo apresentou nesses anos, ratificado pelo título de Centro Universitário que, recentemente, o Ministério da Educação (MEC) concedeu às Unidades de Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. “Os primeiros anos, foram do pioneirismo. Mas, notadamente, a última década foi dedicada à consolidação dos processos, do investimento em infraestrutura e capacitação de nossos docentes e corpo administrativo. Tudo isso se traduz em uma Instituição que tem a excelência como compromisso”, explica William.

Ao lado da maturidade conquistada com esforço e dedicação, a FTC permanece jovem. Com a idade próxima a de seus alunos, a Rede segue apostando em inovação, valor que marca sua história desde a abertura da primeira instituição de ensino particular de Feira de Santana, em 1999. Hoje, a Rede FTC é formada por 11 Unidades localizadas em 9 cidades – Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Vitória da Conquista e Eunápolis, na Bahia, além de São Paulo (SP) e Petrolina (PE). Juntos, os campi oferecem 40 opções de cursos de graduação e 50 cursos de especialização e, até o momento, formaram mais de 90 mil profissionais em diversas áreas de atuação, sendo este um dos maiores legados dos 20 anos da Instituição.

Em todas as praças em que atua, a Rede FTC está próxima a comunidade local, oferecendo serviços e ferramentas para a melhoria das condições de vida da população. Essa interação responsável com a sociedade é um compromisso perene que também serve aos alunos, que experimentam uma formação humanística e ética, onde o cuidar com empatia assume relevância igual àquela dada ao aprendizado técnico em sala de aula.

O impacto causado pela FTC vai além da vocação para a responsabilidade social. A chegada de estudantes advindos de outras cidades e a formação de profissionais de excelência movimentam toda a economia de uma região, contribuindo para o crescimento do mercado de trabalho, além de promover o aquecimento nos setores de comércio, imobiliário e prestação de serviços. Para os próximos 20 anos, a Rede FTC prevê crescimento e sedimentação dos valores e das conquistas alcançadas até aqui – em ritmo acelerado, para acompanhar a velocidade com que avançam as tecnologias e a sociedade. “Estamos em um movimento contínuo em direção ao futuro, sempre olhando para os nossos alunos e para o mercado, mas também buscando entender como seguiremos formando o profissional de que a sociedade necessita e que logo será absorvido pelo mercado de trabalho”, conclui William.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Dias apresentará plano para recursos do Fundef

De acordo com o secretário Ellen Gera são cerca R\$ 1,6 bilhão que deve ir para a educação

DE POLÍTICA

O Governo do Estado apresenta, nesta quinta-feira (3), o plano de aplicação dos recursos oriundos de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o Conselho Estadual de Educação. Foi realizada reunião técnica com a presença do consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Romeu Caputo, e gestores estaduais para organizar as estratégias do plano.

O Fundef é o antecessor do atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), e em 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a União deve pagar aos estados e municípios um valor resultante de diferenças de transferências de exercícios anteriores. De acordo com o secretário estadual da Educação, Ellen Gera, são aproximadamente R\$ 1,6 bilhão que deve ser investido em educação no Piauí. “Estamos trabalhando com esse horizonte, com esse recurso que o Piauí tem direito e que agora estamos organizando junto com Plano Estadual de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Plano Plurianual, para o bom uso destes recursos de forma planejada e efetiva”, falou Wellington.

O plano para utilização destes recursos conta com o assessoramento da FGV. “Estamos assessorando para que as estratégias que a educação do Piauí precisa sejam contempladas no plano. Nesse primeiro momento, o papel da FGV é dar consistência numérica de valores e possibilidade que o próprio recurso do Fundef permite. Estamos aqui para apoiar trazendo elementos, informações para que esse plano seja consistente. A FGV conhece números, valores e o Brasil. Estamos aqui para dar consistência a esse plano”, disse Romeu Caputo.

“Na quinta-feira teremos uma apresentação mais aberta com transparência sobre a utilização dos recursos. O que queremos é aumentar qualidade da educação no estado, melhorar estrutura e os indicadores. Queremos a redução de analfabetismo, elevação da escolaridade para adultos. Vamos trabalhar fortemente educação na idade certa, reduzir abandono escolar, melhorar a proficiência em português, matemática, redação e outras disciplinas, melhorar o Ideb, garantindo também a profissionalização da gestão”, falou Wellington.

topo 

O POPULAR - GO - CIDADES

Universidade sente efeitos de cortes

Com R\$ 35,5 milhões de seu orçamento do ano indisponíveis, UFG segue com pagamentos de fornecedores atrasados e sofre com a falta de suprimentos básicos
BLOQUEIO DE RECURSOS

De falta de papel higiênico e detergente à lotação da câmara fria de uma de suas escolas por escassez de gás para o funcionamento do incinerador, os reflexos do bloqueio de recursos previstos para o orçamento da Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2019 já são sentidos por alunos e servidores da instituição.

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) estavam previstos R\$ 100,1 milhões para a universidade, destes, R\$ 35,5 milhões foram bloqueados. A maior parte que ficou indisponível, R\$ 26,8 milhões, é de recursos previstos para custeio, que pagam despesas como fornecimento de energia, água, segurança, limpeza, manutenção, bolsas de

iniciação científica e de monitorias.

Com menos recursos, o reitor da UFG, professor Edward Madureira, apresentou na última segunda-feira (23), em assembleia, que a dívida acumulada de junho a setembro com fornecedores já alcança R\$ 21,3 milhões. Segundo a universidade, apesar deste passivo, "até o momento não houve corte ou paralisação em nenhuma área".

Alunos e servidores, no entanto, relatam que apesar das atividades acadêmicas estarem mantidas, eles sentem impactos no dia a dia da universidade.

Na Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) da UFG, a professora Veridiana Moura afirma que o impacto do bloqueio de recursos foi grande, sendo necessário lacrar temporariamente a câmara fria da unidade, que consegue armazenar 8 toneladas de resíduos biológicos. Isso porque, segundo ela, normalmente a incineração deste material é mensal, cerca de 4 toneladas. "Como não havia gás para realizar a incineração, fomos estocando até a capacidade máxima". No início de setembro completou três meses sem realizar a queima. "Formalizamos a situação para gestão da EVZ e da Universidade, sendo então realizada uma força-tarefa para garantir um estoque de gás emergencial". Duas semanas depois, receberam o produto e iniciaram a queima.

Nas duas semanas de espera pelo gás, a câmara fria ficou lacrada e Veridiana informa que o Hospital Veterinário da EVZ precisou limitar o atendimento à comunidade. "A câmara foi liberada nesta segunda-feira (23), após a incineração de grande parte dos resíduos biológicos, contudo, a carga emergencial de gás não foi suficiente para finalizar a queima". Segundo a professora, restaram aproximadamente 2 toneladas e a escola está recebendo novos resíduos provenientes de atividades didáticas, de pesquisa e atendimento à comunidade. "Portanto, em pouco tempo a câmara estará novamente repleta e não há previsão quanto a nova carga de gás".

INÉDITO

Segundo a diretora da EVZ, a médica veterinária Maria Clorinda Soares Fioravanti, esta é a primeira vez que falta gás para o funcionamento do incinerador da escola. Veridiana, que é diretora secretária do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (A-dufg-Sindicato), diz, que a justificativa é que, com a falta de recursos do governo federal, a faculdade não tem como custear atividades básicas de rotina da universidade.

Ela ressalta que a paralisação desse equipamento compromete a realização de atividades didáticas do curso de Medicina Veterinária, de pesquisa de diversas unidades da UFG e o atendimento à comunidade realizado pelo Hospital Veterinário da EVZ. "Realizamos atendimentos a animais que eventualmente morrem e o adequado destino é a incineração, de modo a evitar a contaminação de pessoas, animais e do meio ambiente", diz.

A diretora frisa que a não garantia de gás para o incinerador pode significar paralisação de pesquisa se houver necessidade de incineração de material e não tiver como realizá-la.

Maria Clorinda ainda relata outros impactos na unidade, como a necessidade de estocarem o lixo hospitalar gerado, como seringas, há cerca de duas semanas, por não estarem pagando empresa própria para essa retirada. Na quinta-feira (26), diz que

conseguiram cremar dois contêineres desse lixo biológico contaminante com o que restava de gás no incinerador.

Outro reflexo pode ser no plantio de milho para ser usado na alimentação de bovinos e equinos usados nas aulas de Veterinária. Ela afirma que ainda não foram comprados adubo e sementes. Para colherem em tempo de plantar safrinha, o prazo final para o cultivo da safra é novembro.

Falta verba para pagar monitores

Diretora da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) da UFG, Maria Clorinda Soares Fioravan-ti, diz que pela primeira vez em 20 anos a universidade não implementou bolsa de iniciação científica, custeada em parte pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e parte com recursos da faculdade, apesar de edital lançado em agosto. "Esses meninos estão trabalhando como voluntários e alguns dependem dessa bolsa para comer". A diretora diz que o valor pago é o mesmo do da bolsa monitoria, que também está comprometida.

Aluna do terceiro período de Medicina Veterinária, Arma Sarah Assis Firmino, de 20 anos, conta que passou em primeiro lugar neste semestre na seleção de monitoria para a matéria de biofísica no departamento de Ciências Biológicas. "O que me daria o direito de uma bolsa de quase R\$ 400. Mas, infelizmente, não recebi nenhuma parcela até hoje e não tenho previsão de receber, pois a verba está congelada". Mas ela diz que prosseguirá na função. "As horas contam para mim, tanto para o currículo quanto para aprendizagem".

Só no Instituto de Ciências Biológicas, segundo o diretor da unidade, professor Gustavo Pedrino, são 35 bolsas de monitoria que, pela primeira vez, o instituto não tem dinheiro para pagar por elas.

Diante do quadro que inclui falta de recursos para bolsas e dívidas com fornecedores, a aluna do décimo período de Ciências Biológicas, Geovanna Pires, de 23 anos, diz que torce para conseguir terminar o ano letivo. "Porque a gente fica com medo. Estou perto de formar, tenho medo de não formar agora se tiver paralisação".

Outra preocupação, cita, é que seja mantido transporte da faculdade para levar estudantes, como ela, para divulgar produções acadêmicas no Congresso Nacional de Botânica, de 20 a 26 de outubro, em Maceió. "A priori está garantido, mas fico com medo se vai ter mesmo. Tanto que se não for ter o ônibus eu nem vou. A passagem terrestre está R\$ 800".

Geovanna ainda conta que na universidade já percebe mais sujeira nos banheiros, diz que falta papel higiênico e que quase nunca encontra sabonete.

Rateio para comprar itens de limpeza

Chefe do Departamento de Fisiologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFG, Rodrigo Mello Gomes, afirma que há situações ocasionadas pela limitação de recursos, como os professores terem de comprar ração para os animais usados em pesquisa, que já enfrentam há dois anos e meio, mas que, neste ano, o cenário se agravou. Um dos exemplos, cita, é que começaram a faltar também produtos de limpeza, como detergente.

Ele cita que em agosto chegaram a recolher R\$ 50 de cada um dos 13 professores do departamento para comprar materiais de limpeza. A mão de obra para o serviço continua a ser oferecida por empresa contratada pela faculdade, apesar dos quatro meses de atraso no pagamento. A dívida da UFG só com esse serviço soma R\$ 4,4 milhões.

A servidora Thatiane Abreu de Castro, médica veterinária que atua como bioterista, acrescenta que servidores fazem vaquinhas para, quando necessário, reparar torneiras, bebedouros e caixas para manter animais do biotério do departamento. "Antes estes eventos eram esporádicos. Agora é sistemático", pontua o professor Carlos Henrique Xavier Custódio, coordenador do Laboratório de Neurobiologia de Sistemas.

Diretor do ICB, professor Gustavo Pedrino, frisa que a universidade já começou o ano com déficit. "Com os cortes ficou mais drástico."

Ele cita que o ICB tem um centro de aulas práticas com nove laboratórios e que parte do dinheiro previsto no orçamento da UFG que foi bloqueado é para comprar reagentes, insumos, para que essas aulas de graduação aconteçam. "Imagina um aluno de Medicina não ter uma aula prática de fisiologia, que é como o corpo funciona, chegando ao extremo de não ter aula de anatomia... Nós somos resilientes e nós iremos até o último minuto tentando, mas talvez em um momento nós não tenhamos formol mais para pegar um cadáver e conservá-lo", exemplifica. No curso de Botânica, segundo ele, já faltam quatro reagentes.

Há temor que, sem recursos para insumos, haja o comprometimento de aulas práticas, que só o ICB ministra para 24 cursos. "O que está em jogo é formação de profissionais. E formação de profissionais mais qualificados do Brasil, que são formados em universidade pública gratuita, inclusiva e de qualidade".

Wildes Barbosa

Aulas práticas e visitas em campo são afetadas

Presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindica-to), o professor do curso de Engenharia de Alimentos da Escola de Agronomia da UFG Flávio Alves da Silva, diz que a falta de recursos tem gerado problemas nas aulas práticas e visitas em campo, comuns nos cursos de Agronomia e Veterinária. "Não tem mais transporte, desde o início do ano". Mas ele cita que já têm dois anos que essa situação começou. "Esse ano se agravou".

Silva exemplifica que em uma plantação, em Hidrolândia, estão estudando produtos para proteção solar do tomate industrial, o que pode levar a uma produção de melhor qualidade, "visto que o sol degrada bastante o produto". Para o grupo participante do projeto, que inclui mais dois professores e cinco alunos, coletar amostras no local trabalho que costuma ser feito três vezes por semana num período de três meses-, recorrem a carros particulares.

Aluna de doutorado em Agronomia, na área de concentração produção vegetal, Macelle Amanda Silva Guimarães, de 27 anos, é uma das que integram o projeto. "Sem carro, fico dependendo de outras pessoas para executar o trabalho."

Ela, que veio de Santana (BA), explica que durante o período de coleta em campo, semanalmente tinha de ficar planejando com quem poderia ir até lá. Na quarta-feira (25)

ela disse que concluiu essa fase. A preocupação atual é com a regularidade da prestação de serviços na UFG. "Será que a gente vai chegar e ter o freezer desligado com amostras para serem testadas?", cita como um dos medos. A dívida da faculdade com a Enel Distribuição Goiás é de R\$ 4,9 milhões. A empresa informa que não divulga as negociações que realiza com os clientes.

A UFG, que esperava para a última semana sinalização se algum montante referente ao desbloqueio de R\$ 1,9 bilhão de recursos para o Ministério da Educação (MEC) viria para a faculdade, disse em nota, na sexta-feira (27), que a situação orçamentária permanecia a mesma anunciada na segunda, ou seja, sem recursos para custeio.

Segundo a universidade, eventual falta de materiais e de transporte é reflexo, direto ou indireto, da limitação de recursos. Sobre a coleta de lixo, a UFG informou que o contrato com a empresa que prestava o serviço não foi renovado por problemas de documentação desta. "Neste momento, não há possibilidade da realização de nova licitação para a coleta de lixo, considerando que o orçamento da UFG está bloqueado pelo MEC". Segundo a nota, a coleta do lixo comum na universidade está temporariamente normalizada pelo apoio da Prefeitura de Goiânia. Para a coleta de resíduos biológicos diz que foi feita uma nova licitação, que está em fase final, mas depender do desbloqueio.

Questionado sobre como se daria a distribuição dos quase R\$ 2 bilhões, e se alguma parte viria para a UFG, o MEC apenas informou que "os detalhes do descontingenciamento serão divulgados nesta segunda-feira, em entrevista coletiva, às 10h30".

Mudança na segurança altera rotina em câmpus e gera reclamações

A redução gradativa dos postos de vigias e a ampliação dos postos de vigilantes, apontadas pela UFG como fruto de um projeto de modernização da segurança na universidade, também tem causado reflexos. Estudante do quarto período de Jornalismo, Ildeu Iussef Garcia Felipe, de 24 anos, diz que a saída dos vigias fixos do prédio da Rádio Universitária já implicou em atraso na transmissão de programa esportivo em um fim de semana, quando a equipe teve de esperar a chegada de vigilante com a chave do prédio.

No câmpus de Direito, a sala de estudos deixou de funcionar aos sábados, segundo comunicado da direção aos alunos, em razão da saída dos vigias. Aluno do curso, Lucas Nunes, que integra Núcleo de Assessoria Jurídica universitária popular, diz que o grupo usava o espaço para atendimentos aos sábados e que, com a mudança, teve de buscar alternativas.

A UFG diz que as unidades acadêmicas possuem autonomia para estabelecer seus horários de funcionamento e "a segurança das quadras funcionará 24 horas para melhor atender às especificidades e necessidades de funcionamento de cada órgão/unidade/laboratório."

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Busca pelo Revalida cresce 1.336%

A situação das faculdades novatas e incertezas sobre o futuro do programa Mais Médicos e da revalidação do diploma no Brasil trazem angústia aos brasileiros que

estudam no exterior e aos já formados. A maioria dos estudantes ouvidos pela reportagem diz que pretende revalidar o diploma para trabalhar no Brasil, mas estatísticas do Ministério da Educação mostram que poucos conseguem. Nas sete edições do exame Revalida realizadas desde 2011, somente 19,9% dos brasileiros foram aprovados.

O número de inscritos no exame só aumenta. Em 2011, eram 297. Em 2017, o número saltou para 4.267, um crescimento de 1.336%. Além da dificuldade do exame, os estudantes estão agora angustiados com a falta de definição sobre o próximo Revalida. A última edição foi a de 2017, com sucessivos atrasos em suas duas fases, o que comprometeu as edições dos anos seguintes.

O cenário de incerteza fez um grupo de estudantes de Pedro Juan Caballero montar uma associação para representar brasileiros que estão na região em busca do diploma. A entidade, chamada Ameex, tem 2.100 membros. Questionado sobre o Revalida, o MEC promete sanar os problemas e realizar uma nova prova “o mais breve possível”.

topo ↕

A CIDADE ON - TEMPO REAL

Cortes de bolsas podem derrubar protagonismo da Unicamp

Hoje, a universidade tem 2.861 pesquisadores que podem ficar sem vencimentos se não houver aporte ainda este ano no CNPq

Responsável por 12% de todas as teses de mestrado e doutorado nacionais e por 8% de toda a pesquisa produzida no País, a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) terá seu protagonismo na ciência brasileira abalado pelos sucessivos cortes de bolsas de pós-graduação promovidos pelo governo federal.

Hoje, a universidade tem 2.861 pesquisadores que podem ficar sem vencimentos se não houver aporte ainda este ano no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Além disso, há pelo menos 110 cientistas que correm o risco de ficar sem verbas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. O órgão teve, desde o início de 2019, 11.811 bolsas cortadas pelo Ministério da Educação em todo país. A comunidade acadêmica da Unicamp está mobilizada contra a exclusão das vagas e enviou à Presidência, na segunda quinzena de setembro, uma moção contra os cortes dos recursos federais.

No entanto, a cúpula da instituição acha difícil a situação ser revertida e prevê que a produção científica na cidade deve cair consideravelmente no ano que vem.

No começo dessa semana o Conselho Universitário convocou uma assembleia extraordinária em defesa da ciência e educação que vai acontecer no próximo dia 15 de outubro (Leia mais abaixo).

QUEDA

Hoje, o CNPq, **Capes** e a Fapesp (de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) aportam cerca de R\$ 12 milhões mensais para financiamento de bolsas a 4,8 mil estudantes de pós-graduação na Unicamp. O reitor Marcelo Knobel disse que é difícil dimensionar o impacto que os cortes terão na produção científica da universidade, mas que certamente ela deve cair rapidamente em rankings internacionais prestigiados, como

"A Unicamp tem muita visibilidade internacional por sua pesquisa. Mas, para além dos rankings, perde o Brasil. Toda a população vai perder em inovação e tecnologia, que significa mais qualidade de vida. Um país que não investe em ciência não tem como desenvolver o seu futuro", explicou.

FUGA

A pesquisadora da Unicamp Katlin Massirer que coordena o Centro de Química Medicinal de Acesso Aberto, focado em desenvolvimento de fármacos em parcerias com indústrias nacionais, afirma que a preparação para conseguir as bolsas começa em janeiro, com os estudos e escolha das teses. Em setembro os alunos fazem as inscrições de projetos, para ver se conseguiram a bolsa apenas em novembro. "Com essa insegurança em relação às verbas, muitos estão desistindo de fazer a pós-graduação com medo de não conseguirem pagar suas contas. Alguns já estão procurando instituições no exterior para desenvolver a pesquisa. Os cortes são um impulso para a fuga de cérebros do Brasil", contou.

Pesquisadores de mestrado ganham R\$ 1,5 mil e, de doutorado, R\$ 2,2 mil para terem dedicação exclusiva (40 horas semanais) à produção científica, valor abaixo de grande parte dos salários pagos por postos no mercado de trabalho para profissionais de curso superior. Além disso, Katlin disse que a falta de verbas dificulta projetos com empresas, essenciais para descoberta de novos medicamentos. "E temos estruturas complexas e equipamentos caros aqui na Unicamp que podem ficar ociosos e vazios sem pesquisadores", completou.

JORNADA

O professor Gonçalo Pereira, coordenador do Laboratório de Genômica e Expressão (LGE) do Instituto de Biologia da Unicamp, compara o ofício do pesquisador ao do médico, que leva quase uma década de investimentos, com graduação e residência, para conseguir obter resultados. "Com a pesquisa é a mesma coisa. O cientista tem um trabalho minucioso e leva muito conhecimento e tempo para obter resultados. Mas quando isso acontece, os ganhos são muito valiosos. Tudo que temos hoje, do celular ao carro flex, é fruto de muitos anos de pesquisa. Mas infelizmente a sociedade só vê a ponta do iceberg", disse.

A bióloga e doutoranda em Ecologia da Unicamp, Natália Danta Paes, disse que necessita da bolsa de R\$ 2.200 do CNPq para continuar seus trabalhos. "Não existe a possibilidade de eu me manter sem a bolsa, porque minha carga horária de pesquisa é integral. Não tenho outra fonte de renda", ela afirmou que, com a incerteza de verbas para 2020, começou a elaborar um "plano B". "Meu objetivo era fazer pesquisa para o meu país, sempre foi o meu sonho. Mas agora eu volto para o mercado de trabalho ou eu faço pesquisa no exterior", completou. A doutoranda terminaria seu doutorado em 2021.

ASSEMBLEIA

O Consu (Conselho Universitário) da Unicamp convocou a comunidade acadêmica para uma assembleia universitária extraordinária que será feita no próximo dia 15 de outubro, das 12h às 14 h, no Ciclo Básico do campus de Campinas.

O objetivo é votar uma moção e conscientizar a sociedade contra a série de ataques sofridos pelas universidades e institutos de pesquisa, caracterizados principalmente pelos cortes de bolsas e ameaças à autonomia universitária.

É a primeira vez em 53 anos de história que a Unicamp convoca uma assembleia universitária extraordinária. A última vez que a comunidade promoveu um ato dessas proporções foi em 1981, para protestar contra a intervenção do governador Paulo Maluf no campus, ainda durante o regime militar. A tentativa do governo estadual de intervir na administração da universidade gerou uma onda de protestos que culminou com um grande encontro no Ciclo Básico. Pressionados, os interventores acabaram renunciando aos cargos.

"Dessa vez a ideia é mostrar a força e a união de toda a comunidade acadêmica em torno de uma causa comum", afirmou o reitor Marcelo Knobel antes de submeter a proposta de uma assembleia universitária extraordinária à votação dos conselheiros. "Precisamos reunir todas as entidades representativas da universidade para nos posicionarmos contra os ataques que estamos sofrendo e chamar a sociedade em defesa da ciência, da educação e da autonomia universitária no país", completou.

A proposta de promover uma assembleia universitária extraordinária começou a tomar corpo na reitoria a partir de uma iniciativa dos estudantes de graduação e pós-graduação, por meio de diversos centros acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da Associação de Pós-Graduação (APG), que no mês passado protocolaram um documento pedindo a realização de uma assembleia extraordinária para discutir os ataques sofridos pelas universidades.

De acordo com o reitor, será formado um grupo de trabalho com representantes da comunidade universitária para organizar o ato. O texto da moção a ser apresentada durante a assembleia também será elaborado a partir da colaboração dos participantes do GT. A convocação de assembleia universitária extraordinária está prevista no artigo 163 do estatuto da Unicamp.

topo 

FOLHA NOROESTE - TEMPO REAL

Fundecitrus irá realizar VI Simpósio MasterCitrus em 25 de outubro

Alunos do mestrado profissional da instituição apresentarão os resultados de suas pesquisas

O Fundo de Defesa da Citricultura – Fundecitrus realiza, em 25 de outubro, o VI Simpósio MasterCitrus, com a apresentação dos resultados de pesquisas dos alunos do Mestrado Profissional em Controle de Doenças e Pragas dos Citros, oferecido pela instituição. O evento é gratuito e ocorre em sua sede, em Araraquara/SP, a partir das 8h30.

A instituição organiza o simpósio com o objetivo de compartilhar com os citricultores e profissionais do setor os resultados das pesquisas do MasterCitrus de forma que contribua com o aprimoramento do manejo e do controle das principais doenças e pragas que afetam a citricultura.

Neste ano, o evento será organizado em nove palestras curtas com apresentação de resultados de estudos sobre o controle da podridão floral, do cancro cítrico, do greening (huanglongbing/HLB) e da leprose dos citros. Confira a programação completa aqui.

As pesquisas desenvolvidas no MasterCitrus geram resultados que podem ser aplicados no campo e proporcionam eficiência e economia na condução dos pomares de laranja. As vagas para o Simpósio MasterCitrus são limitadas. Para se inscrever, clique aqui.

O MasterCitrus é oferecido desde 2009 e já formou 87 mestres. É reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com nota 4.

topo ↕

GR NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Laboratório Olímpico do Centro de Treinamento Time Brasil, no Parque Aquático Maria Lenk, zona oeste do Rio de Janeiro. Na foto, o laboratório de Espectometria de massas.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades

participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

INDEPENDENTE - TEMPO REAL

CNPq confirma pagamento de bolsas de pós-graduação em outubro

Os bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) receberão em outubro os pagamentos referentes ao mês de setembro. Nesta sexta-feira (27), o conselho assegurou que serão mantidas todas as bolsas vigentes.

Atualmente, o CNPq conta com cerca de 80 mil bolsas ativas.

A instituição explicou por meio de nota que o limite de crédito deste esse pagamento foi autorizado após negociações com o Ministério da Economia e os recursos liberados fazem parte do orçamento do próprio CNPq, que estavam contingenciados.

No início do mês o governo desbloqueou cerca de 3 mil bolsas de estudo de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (**Capes**).

CNPq informa o pagamento das bolsas no mês de outubro

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informa aos seus bolsistas que o pagamento, referente ao mês de setembro, das bolsas vigentes está assegurado. Em função do esforço do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foi autorizado, pelo Ministério da Economia, o limite de crédito necessário para esse pagamento.

A autorização foi publicada por meio do Decreto 10.028, de 26 de setembro de 2019, sendo que a autorização para o empenho dos recursos no pagamento das bolsas chegou ao CNPq na tarde desta sexta-feira. Os recursos que estão sendo utilizados neste caso são resultado de remanejamento do orçamento do próprio CNPq da rubrica de fomento para a de bolsas, e que estavam contingenciados. A presente liberação é fruto do esforço direto do Ministro Marcos Pontes para solucionar parte do déficit orçamentário da agência para o ano de 2019. Atualmente, o CNPq conta com cerca de 80 mil bolsas ativas.

topo ↕

JC NET - TEMPO REAL

Mestrado e doutorado da ITE abrem vagas

Estão abertas as inscrições do processo seletivo 2020 para os cursos de mestrado e doutorado da ITE na área de concentração "Sistema Constitucional de Garantia de Direitos". São oferecidas 30 vagas para o mestrado e 12 para o doutorado. As inscrições devem ser feitas até o dia 7 de dezembro pelo site (<http://ite.edu.br>), com posterior entrega de documentação na secretaria do Núcleo de Pós-Graduação, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 17h. O programa tem conceito 4 na **Capes**.

topo ↕

PARANÁ PORTAL - TEMPO REAL

Tempo de unir forças e de lutar com firmeza pela ciência brasileira, afirma SBPC

“Se o governo e o Parlamento tomassem a decisão de investir fortemente na ciência e tecnologia, encontrariam amplo respaldo da sociedade”, afirma o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, em editorial da nova edição do Jornal da Ciência impresso.

O ano de 2019 marca mais um difícil momento na luta pela ciência brasileira. Desde o fim de agosto, quando o governo federal encaminhou o Projeto de Lei com a proposta para o Orçamento Geral da União do ano que vem (PLOA 2020), a SBPC vem intensificando ações junto ao governo, ao Congresso Nacional e toda a sociedade para tentar assegurar recursos básicos para o financiamento da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Junto conosco estão muitas entidades representativas do setor científico e acadêmico, que fazem parte da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br). O suporte público à Educação e CT&I foi um dos assuntos mais debatidos na 71ª Reunião Anual da SBPC. Realizada em Campo Grande (MS), com intensa participação, a reunião teve como tema “Ciência e inovação nas fronteiras da bioeconomia, da diversidade e do desenvolvimento social”, que também norteou esta edição do Jornal da Ciência. No pano de fundo dos debates, encontrava-se a questão de como manter a ciência brasileira viva e relevante em tempos de crise.

Como se verá na cobertura das conferências e debates que trataram de bioeconomia, o Brasil já tem a expertise científica e as ferramentas essenciais e necessárias para extrair bioprodutos, presentes em abundância na nossa rica biodiversidade, e que podem ter alto valor agregado, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e social.

O professor Glaucius Oliva, em entrevista exclusiva sobre os avanços na indústria de fármacos, conta como o País conseguiu montar uma rede com projetos muito bem sucedidos em doenças infecciosas – como malária, doença de Chagas, leishmaniose e doenças virais.

O que falta para o País decolar nesta área e em outras similares, dizem os especialistas, é um ‘plano de voo’, um planejamento em escala nacional, de médio e longo prazos, uma estratégia inteligente de desenvolvimento sustentável que mire no futuro e o construa.

No entanto, não é isto o que se tece hoje no Brasil. Muito pelo contrário. O PLOA 2020 propõe um corte de 18% nos recursos totais do MEC em relação aos valores iniciais de 2019. As reduções vão da educação básica à pós-graduação, com um corte enorme de 50% nos recursos da **Capes**. O impacto negativo será também muito grande no financiamento das universidades e dos institutos federais.

A situação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) é igualmente grave. A pasta sofreu corte de 22,53% no Orçamento Geral, que terá R\$ 11,8 bilhões em 2020. Excluídas as despesas obrigatórias, a Reserva de Contingência e serviços da Dívida Pública, o decréscimo no orçamento para o MCTIC é de 38%, restando apenas R\$ 3,5 bilhões para investimento, o que conduz a valores similares aos de 15 anos atrás. O CNPq teve seus recursos para fomento reduzidos quase a zero. O FNDCT, esteio maior da CT&I brasileira, está com 90% de seus recursos na Reserva de Contingência, o que faz com que cerca 5 bilhões de reais, recolhidos de setores econômicos para apoiar a P&D, sejam utilizados para outras finalidades. E pairam ainda no ar rumores macabros da possível extinção do CNPq e da Finep.

Se o governo e o Parlamento tomassem a decisão de investir fortemente na ciência e tecnologia, encontrariam amplo respaldo da sociedade. Pesquisas de opinião, realizadas este ano e divulgadas durante a reunião, apontam que os brasileiros valorizam e se interessam pela C&T e acham que o Estado tem, sim, que investir mais na área, mesmo

em tempos de crise econômica.

Essas questões foram discutidas na 71ª Reunião Anual da SBPC com auditórios lotados. O evento foi um grande sucesso! Ultrapassamos um público de 30 mil pessoas. Salas de aula, auditórios e espaços abertos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) estiveram repletos de pessoas compartilhando preocupações e ideias de como o conhecimento pode ajudar a superar os momentos críticos do País.

Discutimos questões que iam da democracia aos aspectos éticos da manipulação de genoma, da inteligência artificial aos desafios da educação básica, da bioeconomia aos direitos humanos. Reunimos a comunidade sul-matogrossense com estudantes e pesquisadores de todo o País, incluindo muitos de nossos cientistas e professores de maior destaque e mais de uma centena de sociedades e instituições científicas brasileiras. Certamente a reunião deixará um legado importante para o Estado, que mobilizou todas as suas instituições de ensino e pesquisa, envolvendo milhares de jovens, em especial da educação básica, com atividades científicas.

Colorido e animado pelo folclore da região e a diversidade de seu povo, o evento se constituiu em um espaço aberto e democrático para debates, atividades interativas e, também, para posicionamentos e discursos críticos ao momento atual do País. Nas próximas páginas, o leitor poderá tomar conhecimento de muitas das ações, ideias e reflexões que ocorreram nesta Reunião Anual da SBPC.

Como Almir Sater cantou na abertura da reunião, continuamos Tocando em Frente: “Cada um de nós compõe a sua história/Cada ser em si/Carrega o dom de ser capaz/E ser feliz.”

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC vai capacitar professores de ciências

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Ministério da Educação anunciaram ontem que o programa Ciência é 10, destinado à especialização de professores da disciplina de ciências do sistema público de ensino, abrirá inscrições para 3.920 mil vagas, na próxima segunda-feira. As vagas serão destinadas a docentes que lecionam a matéria do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. O investimento previsto para a realização do programa será de R\$ 3,5 milhões.

De acordo com a **Capes**, as 19 universidades federais e estaduais participantes e as prefeituras envolvidas no projeto também vão disponibilizar recursos para a ação. O projeto chegará a 125 municípios. O órgão espera que ao menos 400 mil alunos da rede básica sejam beneficiados com o programa, cujo objetivo é melhorar a qualidade das aulas de ciências nas escolas públicas.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, celebrou a iniciativa. “É uma alegria muito grande lançar esse programa e fazer este anúncio, que não está tratando de contingenciamento de recursos. Às vezes, a gente faz coletivas para falar de perdas, mas aqui estamos falando de ganhos. Ganhos para a área de educação mais carente, que é a educação básica”, declarou.

Segundo Anderson, a disciplina de ciência foi escolhida com base em estudos que mostram deficit na formação de professores da área. O diretor de Educação a Distância da **Capes**, Carlos Lenuzza, reforçou a escolha pela matéria. “No caso das ciências da

natureza, temos cerca de 49% dos professores do 5º ao 9º ano em atividade em sala de aula sem a formação da devida licenciatura”, afirmou.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, esteve presente no evento de lançamento do programa e, em um breve discurso, parabenizou a **Capes** pela iniciativa. “É importante mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”, declarou. Ao afirmar que está com a “expectativa alta” em relação ao projeto, Weintraub indicou que a intenção da pasta é ampliar o programa nos próximos anos.

“Atenderemos 10% dos professores da rede e pretendemos replicar em maior grau nos próximos anos”, ressaltou o ministro. Por causa da agenda, Weintraub não pode permanecer durante todo o evento. Apenas discursou e foi embora. Na última quinta-feira, 26, ele se envolveu em mais uma polêmica ao dizer, em São Paulo, que é preciso “atacar a zebra mais gorda”, referindo-se aos professores universitários federais que, na avaliação dele, trabalham pouco e recebem altos salários.

O curso de especialização dos professores será realizado a distância e é dividido em três módulos. Com carga horária total de 480 horas, o Ciência é 10 abordará quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. As inscrições devem ser feitas nos sites das universidades participantes, e o início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. A seleção dos professores será feita pelas próprias instituições federais por meio de análise de currículos e provas. No Distrito Federal, por exemplo, a Universidade de Brasília oferecerá 220 vagas.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Você decide

O congresso do PSDB vai ocorrer dia 12 de dezembro. Mais de 1,4 milhão de filiados serão chamados a votar, eletronicamente, sobre que posição o partido deve adotar sobre temas que estão em voga, como a cobrança de mensalidade em universidades públicas e a redução da maioria penal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/09/28/ataque-de-janot-a-gilmar-aglutina-stf-em-torno-do-controverso-inquerito-contrafake-news-e-ameaca/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura

Sancionada por Temer em 2018, Lei Castilho ainda não foi regulamentada

Brasília

Mesmo com um volume reduzido de leitores, o Brasil patina na consolidação de uma política nacional de incentivo à criação de um público leitor. O governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) deveria ter elaborado até o meio deste ano um novo Plano Nacional do Livro e Leitura, mas o tema segue parado nos ministérios da Cidadania e da Educação.

Em julho de 2018, o então presidente Michel Temer (MDB) sancionou a lei que instituiu a nova Política Nacional de Leitura e Escrita, a chamada Lei Castilho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/governo-bolsonaro-atrasa-plano-de-incentivo-a-leitura.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Jovens leem mais no Brasil, mas hábito de leitura diminui com a idade
Bíblia e outras obras religiosas empurram número de vendas; segmento sofre menos com a crise do mercado**

São Paulo

Em um país com baixos indicadores de leitura, a evolução na primeira metade desta década parece oferecer algum alento.

Entre 2011 e 2015, a estimativa de brasileiros que consomem livros passou de 50% para 56%, totalizando 104,7 milhões de pessoas. A quantidade anual média de livros lidos por habitante passou de 4 para 4,96.

Esses dados estão na última edição da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", de 2016 —o mais amplo estudo sobre o tema, realizado pelo Instituto Pró-Livro a cada quatro anos. A entidade prevê divulgar uma nova versão do levantamento em 2020.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/governo-bolsonaro-atrasa-plano-de-incentivo-a-leitura.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Pequenas livrarias ganham espaço em vácuo de megastores
Lojas apostam em atendimento personalizado e maior curadoria dos títulos**

São Paulo

O dia é o mesmo, 18 de agosto de 2019. O lugar também é quase igual: o bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. Inauguradas exatamente na mesma data e com apenas dois quilômetros de distância, a Livraria da Travessa de São Paulo e a nova livraria Mandarina são mais do que coincidências —elas mostram como o mercado livreiro vem se movendo após o tombo de Saraiva e Cultura.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/pequenas-livrarias-ganham-espaco-em-vacu-de-megastores.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Clubes do livro crescem e veem crise do varejo, não do produto
Modelo de negócio sustentado por assinaturas ganha visibilidade, mas representa só 0,55% do mercado**

São Paulo

Em um momento de crise no mercado editorial brasileiro, clubes de leitura atraem assinantes com a proposta de “surpreender” o leitor enviando à sua casa uma obra por mês. Junto dela, no mínimo um texto explicando o porquê da escolha, feita por um

curador. Às vezes outros mimos integram o pacote.

O modelo de negócio, que está em crescimento desde 2014, vendeu mais de 2 milhões de livros em 2018, fazendo o filão faturar pouco mais de R\$ 20 milhões, de acordo com números da CBL (Câmara Brasileira do Livro).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/clubes-do-livro-crescem-e-veem-crise-do-varejo-nao-do-produto.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Como ensinar o brasileiro a ler? Escritores respondem

Milton Hatoum, Luiz Ruffato e Thalita Rebouças e outros sugerem políticas para fomentar a leitura

São Paulo

O brasileiro lê, em média 4,96 livros por ano, de acordo com a última pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", realizada pelo Instituto Pró-Livro. Desse número, apenas 2,43 foram lidos do começo ao fim.

Oito escritores —entre eles Milton Hatoum e Ana Maria Machado— dão ideias de políticas e práticas para melhorar esse índice.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/como-ensinar-o-brasileiro-a-ler-escritores-respondem.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Programas públicos sólidos poderiam reverter nossas assimetrias históricas

Políticas de leitura em países desiguais democratizam o saber e favorecem o encontro com a literatura

Em uma sociedade marcada pelas raízes profundas das desigualdades socioeconômicas, o contato com o livro e a leitura acontece quando há políticas públicas sólidas e que tenham como objetivo prioritário proporcionar o acesso da população à cultura letrada.

Essas políticas contribuem para que se revertam assimetrias históricas. Na quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2016), 60% dos entrevistados das classes D e E declararam-se não leitores, contra apenas 24% na classe A.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/programas-publicos-solidos-poderiam-reverter-nossas-assimetrias-historicas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Saraus e bibliotecas comunitárias contornam desinteresse por leitura

Para Sérgio Vaz, é preciso dessacralizar a literatura para alcançar jovens

São Paulo

Existem inúmeros entraves ao desenvolvimento dos hábitos de leitura no país, mas isso não significa que a população brasileira não se interesse por livros e literatura.

O cenário foi discutido na 3ª edição do seminário Economia da Arte, realizado pela Folha e pelo Itaú Cultural na manhã de quarta-feira (25).

“Nosso trabalho, basicamente, é mostrar para as pessoas que elas gostam de ler, só não sabem que gostam”, disse o poeta Sérgio Vaz, agitador cultural e idealizador do sarau da Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/saraus-e-bibliotecas-comunitarias-contornam-desinteresse-por-leitura.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Disputas por preço geram distorções no mercado do livro

Relação difícil entre livrarias, editoras e distribuidoras pesa na reorganização do setor, que muda com venda online

São Paulo

Uma "roda de distorções". Esse foi o termo usado por José Castilho Marques Neto para descrever o que está acontecendo no mercado do livro no Brasil.

A definição foi aceita, de certa forma, pelos demais palestrantes que participaram do debate sobre economia da arte, mas não houve consenso sobre as causas nem sobre as medidas a serem tomadas para enfrentar a crise pela qual passa o setor.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/disputas-por-preco-geram-distorcoes-no-mercado-do-livro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Ação literária na periferia de São Paulo faz 15 anos e amplia público

Saraus, festivais e slams são exemplos de atividades de incentivo à leitura organizadas na zona sul

São Paulo

A garagem da casa de Suzi Soares e Robinson Padial, o Binho, tornou-se um centro cultural no bairro de Campo Limpo e polo literário da zona sul de São Paulo.

Ali, são realizados saraus poéticos, clube de leitores, conversas com escritores. É também o quartel-general da Feliz (Feira Literária da Zona Sul), realizada há quatro anos pelo Sarau do Binho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/disputas-por-preco-geram-distorcoes-no-mercado-do-livro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Marcas estrangeiras querem popularizar audiolivros no Brasil

A maior companhia do mercado sueco, a Storytel, começou as operações no país oficialmente neste mês

São Paulo

A chegada de grandes empresas de audiolivros promete acelerar o crescimento do setor no Brasil.

A companhia sueca Storytel começou as operações no país oficialmente neste mês, em um esquema de assinatura similar ao da Netflix, com uma mensalidade de R\$ 27,90.

Presente em 18 países, a empresa existe desde 2005 na Suécia, onde comanda 40% do mercado de streaming de áudio. Em 2018, teve um crescimento de 37% na receita.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/marcas-estrangeiras-querem-popularizar-audiolivros-no-brasil.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Beleza antiga do Real Gabinete Português de Leitura encanta turistas no Rio
Instituição abriga, hoje, a maior e mais valiosa biblioteca de autores portugueses
fora de Portugal**

Rio de Janeiro

"As pessoas que vêm aqui para admirar a beleza deste prédio sempre perguntam: como vocês conseguem se manter?", diz Francisco Gomes da Costa, presidente do Real Gabinete Português de Leitura, enquanto conduz a reportagem por um tour.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/beleza-antiga-do-real-gabinete-portugues-de-leitura-encanta-turistas-no-rio.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Conjunto de bibliotecas públicas no país é insuficiente e mal distribuído
Sudeste reúne 1/3 das instituições; destaques no Rio e em SP investem em obras e
eventos culturais**

Rio de Janeiro

O conjunto de bibliotecas públicas brasileiras é insuficiente, apesar de avanços pontuais.

São 6.057 unidades, ou uma para 34,5 mil habitantes, sendo que mais de um terço delas se concentra no Sudeste, de acordo com os dados mais recentes do SNBP (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas), de 2015.

A questão não é apenas quantidade, como lembra Adriana Ferrari, presidente da Febab (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/conjunto-de-bibliotecas-publicas-no-pais-e-insuficiente-e-mal-distribuido.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Quando a escola tem biblioteca, desempenho do aluno é melhor, mostra pesquisa
Impacto positivo é ligado a estrutura, qualidade do acervo e atividades
pedagógicas envolvendo o espaço
Rio de Janeiro

A presença da biblioteca escolar tem efeito positivo no desempenho dos alunos em avaliações de português e matemática.

Esse efeito é ainda mais forte quando se observa os estudantes das escolas mais vulneráveis, que estão no menor terço do Inse (Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/quando-a-escola-tem-biblioteca-desempenho-do-aluno-e-melhor-mostra-pesquisa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Comunidades na periferia de SP criam bibliotecas até em cemitério
Com 110 organizações, Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias quer
democratizar acesso ao livro
São Paulo

A biblioteca comunitária Dona Leonor, em Mauá, no ABC paulista, surgiu a partir de uma roda de samba.

A Solano Trindade, em Cidade Tiradentes, bairro periférico no extremo leste de São Paulo, derivou de um grupo de hip hop.

A Caminhos da Leitura, em Parelheiros, na zona sul, funciona dentro do cemitério, na casa do coveiro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/comunidades-criam-espacos-de-leitura-ate-em-cemiterio.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Presente até na novela global, livro é pop, livro é fashion e resistirá a tudo
No Brasil, a venda de obras aumentou em 2018, e isso em meio à crise das livrarias
São Paulo

Livro é fashion, livro é trendy. Livro é pop. E está na Globo.

Não é brincadeira. O livro está na moda, não se fala em outra coisa. Para começar, houve a péssima ideia daquele que já é o pior prefeito da história do Rio —de confiscar e envelopar obras que considera perigosas—, e que provocou o efeito reverso: a Bienal do Livro carioca teve o melhor desempenho de todos os tempos, com 4 milhões de exemplares vendidos e, por vários dias, esteve no centro do noticiário.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/presente-ate-na-novela-global-livro-e-pop-livro-e-fashion-e-resistira-a-tudo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Mostra exhibe bibliotecas e reflete sobre pretensão de abarcar o saber do mundo

Exposição com realidade virtual, no Rio, é inspirada em livro do argentino Alberto Manguel

Rio de Janeiro

Para o escritor argentino Alberto Manguel, 71, a mesma biblioteca pode ser símbolo da ordem, durante o dia, e do caos, durante a noite.

O período noturno, quando os espaços parecem "deleitar-se na alegre e essencial mixórdia do mundo", é o que mais o agrada. Não à toa, ele batizou um ensaio sobre esses lugares de "A Biblioteca à Noite" (Companhia das Letras, 304 págs., R\$ 59,90).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/mostra-exibe-bibliotecas-e-reflete-sobre-pretensao-de-abarcar-o-saber-do-mundo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Livro elege biblioteca como espaço-chave da vida coletiva

Para o sociólogo Eric Klinenberg, acesso livre à cultura é incompreendido por não se encaixar na lógica de mercado

Em uma manhã, oito mulheres de 50 a 90 anos se reúnem no subsolo de uma biblioteca no leste do Brooklyn, em Nova York. Vestem uniformes azuis e começam, em um Xbox, a primeira partida de um campeonato de boliche, enfrentando oponentes de uma biblioteca vizinha.

A cena, narrada por Eric Klinenberg no livro "Palaces for the People" (palácios para o povo, sem edição no Brasil), é uma das várias que o sociólogo compõe para sustentar que espaços coletivos são tão importantes quanto os sistemas de engenharia das cidades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/livro-elege-biblioteca-como-espaco-chave-da-vida-coletiva.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Todo o potencial de cada aluno

Em 2018, a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação atingiu um patamar histórico. De acordo com o Censo Escolar, 90% desses alunos estavam matriculados em salas de aula inclusivas, desfrutando do convívio com o restante dos estudantes. Essa estatística é considerada extremamente avançada, mesmo quando comparada a redes de ensino de países que se destacam mundialmente no campo da equidade e do direito à educação. Diante do momento de discussão das diretrizes nacionais referentes ao atendimento de tais alunos, entendemos ser relevante que as organizações da sociedade civil que trabalham pela educação para todos articulem-se para dialogar com o poder público sobre as oportunidades de aprimoramento das ações voltadas à efetivação do referido

direito, valorizando o longo caminho até aqui percorrido. Nesse sentido, esse diálogo deve ser baseado em evidências e assumir algumas premissas fundamentais. Todos os direitos alcançados até aqui não podem ser ignorados. Novas ações precisam estar alinhadas à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ao Plano Nacional de Educação (Lei Federal 13.005/2014), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) e à Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal 13.146/2015). Tais documentos dialogam com a definição de pessoa com deficiência na perspectiva social, sinalizando que instituições e redes de ensino devem focar suas ações na eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade. Todos devem ter a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo. Isso exige a garantia de que todos os alunos exerçam seu direito à aprendizagem em ambientes heterogêneos, capazes de promover o convívio e a interação com a comunidade escolar. A inclusão de estudantes público-alvo da educação especial, nesse sentido, deve ocorrer em salas de aula comuns. Pesquisas de várias partes do mundo evidenciam um amplo conjunto de benefícios gerados para todos os alunos, como a melhoria no desenvolvimento da linguagem, nas relações sociais e no desempenho escolar. Em outras palavras, todos saem ganhando com a escola inclusiva.

A educação inclusiva com qualidade pressupõe investimentos em políticas públicas que apoiem, de forma intersetorial, a necessária transformação das redes de ensino. A disponibilização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando necessário, é um exemplo desse tipo de apoio. Tal atendimento já é uma realidade, em escala, em todas as regiões do Brasil. Ao mesmo tempo, a formação de professores e gestores escolares é imprescindível. Novas conquistas no âmbito de uma educação pautada pelas singularidades de cada estudante dependem do suporte contínuo a tais profissionais.

A partir do que já foi construído, precisamos, juntos, expandir instrumentos e ações que viabilizem avanços na efetivação da educação como um direito inquestionável de todo e qualquer brasileiro, com ou sem deficiência. As diferenças humanas em sala de aula devem ser vistas como a força da escola, e não o contrário. Apenas assim, faremos da educação uma estratégia de desenvolvimento e combate à desigualdade em nosso país.

Priscila Cruz é presidente-executiva do Movimento Todos Pela Educação; Rodrigo Hübner Mendes é professor e pesquisador de educação inclusiva

[topo](#)

VEJA - SP - RADAR

Educação S.A.

Abraham Weintraub trama uma nova versão dos "campeões nacionais" do PT. A ideia é entregar os câmpus de universidades federais brasileiras, via PPPs, a empresários amigos do bolsonarismo. Tubarões do setor imobiliário estão na jogada para explorar os imóveis. Uma reunião fora da agenda oficial do MEC na sede da Tecnisa deu largada à partilha.

[topo](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

UFRR perde 16 bolsas de pós-graduação

Das 3.182 bolsas da Capes que o Governo Federal liberou, a UFRR não foi contemplada com nenhuma

O contingenciamento e cortes de verbas promovidos pelo Governo Federal têm afetado diretamente os programas de Pós-graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). À Folha, a pró-reitora de pesquisa e pós-graduação da UFRR, Geyza Pimentel,

informou que a instituição já perdeu 14 bolsas de mestrado e duas de doutorado este ano.

Ela ressaltou que das 3.182 bolsas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** que Governo Federal liberou, a UFRR não foi contemplada com nenhuma. A pró-reitora explica que a liberação destas 3.182 bolsas obedeceu a critérios de avaliação da **Capes** para programas com notas 5, 6 e 7.

“O Governo federal diz que está abrindo 3.182 bolsas. Não são novas bolsas. Nós perdemos mais de 11 mil bolsas e eles estão devolvendo 3 mil aos programas com notas 5, 6 e 7, que são poucos no Brasil. Os programas da UFRR tiveram avaliação 3 e 4, e nenhum destes foi contemplado com a liberação destas bolsas”, disse. “As mais de 7 mil bolsas restantes são dos programas avaliados com 3 e 4, que são programas novos ou que estão com apenas uma ou duas avaliações”, disse. “Outras avaliações só serão feitas em 2021 e aí que vamos saber se aumentamos as notas dos nossos programas”, afirmou. “Se um programa for avaliado duas vezes com nota 3, ele é descredenciado”, complementou.

Ela afirmou ainda que a UFRR já havia perdido bolsas por conta do contingenciamento em junho e perdeu mais bolsas com a finalização das dissertações ou teses dos alunos bolsistas, já que a instituição não conseguiu fazer novas inscrições no sistema de bolsas do Governo.

“Quando estes alunos bolsistas defendem suas dissertações ou teses, essa cota de bolsa fica vaga; e no momento que vamos inscrever um novo aluno, já selecionado, percebemos que o sistema de inscrição do governo federal não abre para novas inscrições das bolsas que já tínhamos”, disse. “Isso está acontecendo no Brasil inteiro”, afirmou.

“Ficamos na expectativa se teríamos ou não bolsas que iam finalizar este mês e qual o impacto que isso iria causar. A decisão da **Capes**, com esse novo corte de recursos, vai congelar as bolsas que estavam terminando em agosto e que o sistema não abriu para inscrever os novos alunos deste segundo semestre”, disse. “Por isso temos outras possíveis bolsas que vamos perder”, afirmou.

Para saber o número exato de bolsas que estão congeladas na UFRR, a pró-reitoria fez levantamento e o relatório constatou que foram perdidas 14 bolsas de mestrado e duas de doutorado.

“Esse relatório foi enviado para o Fórum Nacional de Pró-reitores de Pós-Graduação (Foprop), realizado dia 27 deste mês, em Palmas, Tocantins, para que possam fazer gestão junto à **Capes** e repassar à Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)”, completou. “Já que a maioria dos programas da região Norte tem avaliação 3 e 4, isso vai afetar diretamente toda a região”, afirmou

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - BRASIL

CIÊNCIA É 10 ABRE MAIS DE 3,9 MIL VAGAS NA SEGUNDA

Será lançado na próxima segunda-feira, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, o edital que vai selecionar 3.920 vagas para o programa “Ciência é 10”. Por meio da iniciativa, professores de Ciências do ensino

fundamental, do 6º ao 9º anos, de todo o país, poderão participar da especialização a distância, gratuitas, em 19 instituições públicas de educação superior. O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. A expectativa é a de que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pelo projeto. O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas a distância, os docentes se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem. Mais informações pelo site c10.capes.gov.br.

topo ↕

TRIBUNA DA BAHIA - BA - BAHIA

Pós graduação

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana abriu processo seletivo e Mestrado e doutorado para aluno regular 2020, quando os interessados podem se inscrever até o dia 4 de outubro de 2019. Poderão se candidatar ao Mestrado Acadêmico portadores de Diploma/ Certificado de Conclusão de Curso Superior de duração plena na área de Letras ou áreas afins, ou portadores de Declaração de Concluinte emitida por instituição competente, devidamente reconhecidos pelo MEC, na área de Letras ou áreas afins. Para o Doutorado Acadêmico poderão inscrever-se portadores de Diploma de Mestrado Profissional ou Mestrado Acadêmico na área de Letras ou áreas afins, devidamente reconhecido pela CAPES.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Prazo final para as bolsas remanescentes do Prouni encerra segunda-feira (30)

Candidatos já matriculados na IES podem concorrer a uma vaga

As inscrições para as bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos (Prouni) encerra segunda-feira (30) para os candidatos já matriculados na instituição de educação superior em que deseja se inscrever (IES). Quem for selecionado deverá comparecer na instituição de ensino nos dois dias úteis subsequentes ao da inscrição para comprovar as informações prestadas.

As vagas remanescentes são aquelas que não foram utilizadas por desistência dos pré-selecionados ou por falta de apresentação da documentação necessária. Diferente do processo regular, para a seleção das mesmas não serão divulgadas notas de corte diárias. A ocupação das bolsas é feita por ordem de inscrição. Ao concluir a inscrição, a bolsa automaticamente é reservada ao candidato.

Estão aptos a participar do processo brasileiros sem diploma de curso superior e que tenham feito qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com nota superior a 450 pontos e sem ter zerado a prova de redação. Também estão aptos professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e que não tenham participado do Enem. Estes podem se inscrever para bolsas de estudo em cursos de licenciatura.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Ministro da Educação critica salário de professor: zebra gorda

As declarações foram feitas durante o Fórum Nacional do Ensino Superior, em São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, criticou ontem (26) salários de professores de universidades federais. Segundo Weintraub, essas despesas são hoje a principal preocupação da pasta, e o MEC tem de "ir atrás da zebra mais gorda". As declarações foram feitas durante o Fórum Nacional do Ensino Superior, em São Paulo.

Segundo Weintraub, o principal problema do MEC é "gastar uma fortuna com um grupo pequeno de pessoas", os professores das universidades federais. "Tenho de ir atrás da zebra mais gorda, que está na universidade federal trabalhando em regime de dedicação exclusiva para dar só 8 horas de aula por semana e ganhar R\$ 15 mil, R\$ 20 mil."

Para Antonio Gonçalves, presidente da Andes, sindicato nacional dos professores das federais, a fala do ministro é desrespeitosa e falaciosa. "Quem ele está chamando de zebras gordas é uma minoria. Quem ganha salários nesse patamar são professores perto da aposentadoria, que estão há mais de 30 anos contribuindo para a universidade pública."

Nas 63 federais do País, o teto remuneratório é de 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de cerca de R\$ 35,4 mil hoje.

As declarações ocorrem após o ministro anunciar, ao jornal O Estado de S. Paulo, que pretende exigir a contratação dos professores via CLT (carteira assinada), e não por concurso público, para adesão das universidades públicas ao Future-se, programa para captar verbas privadas.

A declaração sobre o regime de contratação de professores fez aumentar a preocupação de reitores sobre o programa, como apurou o jornal. A maior parte das universidades já rejeita aderir ao Future-se.

Fies

No evento desta quinta-feira, Weintraub pediu apoio de faculdades privadas ao Future-se e disse que o governo "não vai fazer nada" para recuperar o Financiamento Estudantil (Fies). "Vocês têm de se virar", disse, em resposta a Hermes Fonseca, presidente do Simesp, entidade que representa donos de faculdades particulares. Fonseca havia questionado o ministro sobre a política para o Fies e se a pasta estudava cobrar mensalidade nas universidades públicas.

*Com informações: Estadão Conteúdo

topo 

O DIA - PI - BRASIL

Governo apresentará plano para uso de verbas do Fundef

De acordo com Ellen Gera, aproximadamente R\$ 1,6 bilhões devem ser investidos em educação no Piauí

O Governo do Estado do Piauí apresenta, na quinta-feira (3), o plano de aplicação dos recursos oriundos de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o Conselho Estadual de Educação. Nessa quinta-feira (26), foi realizada reunião técnica com a presença do consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Romeu Caputo, e gestores estaduais para organizar as estratégias do plano.

O Fundef é o antecessor do atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica (Fundeb), e em 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a União deve pagar aos estados e municípios um valor resultante de diferenças de transferências de exercícios anteriores. De acordo com o secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, são aproximadamente R\$ 1,6 bilhão que deve ser investido em educação no Piauí.

“Estamos trabalhando com esse horizonte, com esse recurso que o Piauí tem direito e que agora estamos organizando junto com Plano Estadual de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Plano Plurianual, para o bom uso destes recursos de forma planejada e efetiva”, comentou o gestor.

O plano para utilização destes recursos conta com o assessoramento da FGV. “Estamos assessorando para que as estratégias que a educação do Piauí precisa sejam contempladas no plano. Nesse primeiro momento, o papel da FGV é dar consistência numérica de valores e possibilidade que o próprio recurso do Fundeb permite. Estamos aqui para apoiar trazendo elementos, informações para que esse plano seja consistente.

A FGV conhece números, valores e o Brasil. Estamos aqui para dar consistência a esse plano”, disse Romeu Caputo. “Na quinta-feira teremos uma apresentação mais aberta com transparência sobre a utilização dos recursos. O que queremos é aumentar qualidade da educação no estado, melhorar estrutura e os indicadores.

Queremos a redução de analfabetismo, elevação da escolaridade para adultos. Vamos trabalhar fortemente educação na idade certa, reduzir abandono escolar, melhorar a proficiência em português, matemática, redação e outras disciplinas, melhorar o Ideb, garantindo também a profissionalização da gestão”, explicou o governador.

De acordo com o chefe do Executivo estadual essa é a oportunidade de ouro e todos os recursos devem ser aplicados em educação. “Tudo de acordo com os Planos de Educação, com o que foi recomendado pelo Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribunal Federal”, comentou Wellington Dias.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Processo de tombamento de igrejas do Largo São Francisco, em SP, dura 60 anos
Iphan recebeu pedido de tombamento de igrejas em 1959, mas ainda não concluiu análise**

São Paulo

Em janeiro de 1959, o fotógrafo Edgard Jacintho, conhecido pelos registros do patrimônio histórico, sugeriu que se tombasse uma igreja no Largo São Francisco, no centro de SP, a fim de preservá-la.

Sessenta anos depois, esse processo de tombamento, conduzido pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ainda não foi concluído.

A demora foi parar na Justiça, envolveu Ministério Público Federal e finalmente deve ter um desfecho.

Em acordo celebrado no último mês, o Iphan concordou em concluir até o ano que vem o processo de tombamento das duas igrejas, a Igreja de São Francisco de Assis (que tem

372 anos) e a Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco (de 231), cujos processos se arrastavam havia décadas.

Os templos ficam um ao lado do outro no Largo São Francisco, juntos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e ajudam a compor a paisagem do centro histórico da cidade.

As igrejas não corriam risco de serem derrubadas, já que já eram tombadas pelo órgão de preservação estadual (Condephaat) e municipal (Conpresp).

Mas, para o Ministério Público Federal, o atraso de 60 anos é “evidente e gravosa morosidade”, “injustificadamente extrapolando qualquer limite de razoabilidade na duração de um processo administrativo”.

O tombamento, na verdade, ficou praticamente parado de 1959 a 2012, quando, depois de mais de 50 anos, o Iphan encaminhou para instrução.

À Folha, o órgão federal do patrimônio disse que não poderia comentar a decisão judicial especificamente.

Falando de modo geral, o diretor do Departamento de Patrimônio Material do Iphan, Andrey Rosenthal Schlee, elenca três fatores para que um processo de tombamento demore mais que seis décadas.

Primeiro, diz ele, o fato de o Iphan aceitar pedidos de tombamento que são nada mais do que listas de nomes.

“Bastava dar o nome de um bem e o Iphan é que teria que identificar o conjunto de valores que deveriam justificar o tombamento e isso leva tempo”, afirma.

“O Iphan sempre aceitou esse tipo de pedido, o que nos gerou um passivo de processos muito grande.”

Em segundo lugar, diz, há uma hierarquização de bens que correm risco de desaparecer se não forem tombados, o que não é o caso das igrejas do Largo São Francisco.

“São igrejas que estão em uso, que têm cultos, e que portanto não correm nenhum risco. O fato de um processo de tombamento estar aberto desde 1950 não significa que elas correm um risco de desaparecer. Muito pelo contrário, só demonstra que a população paulista tem esses bens em tão boa conta e referência que os mantém e os preserva.”

Por fim, Schlee afirma que há poucos funcionários para analisar todos os processos.

O diretor afirma que a média de permanência de um processo aberto no Iphan é de cinco anos hoje, e que hoje há cerca de 300 casos abertos.

Schlee ressalta que, segundo a Constituição, a atribuição de preservar o patrimônio é concorrente a estados, município e União, e que se o bem é tombado já por alguma instância o Iphan cumpre sua missão constitucional.

“O que nós temos como obrigação é responder a um pedido e fechar o processo administrativo.”

Já há, no entanto, dois pareceres técnicos do Iphan que pedem os tombamentos, um de 2015 e outro deste ano.

Igrejas ajudam a contar história da cidade de SP

A Ordem de São Francisco é uma vertente católica cujos primeiros padres chegaram ao Brasil ainda no século 16.

O primeiro convento franciscano na cidade foi erguido onde hoje é a praça do Patriarca, em 1639.

Três anos depois, a Câmara de São Paulo doou um terreno “com 80 braças [176 m] de largura, por 70 braças [154 m] de comprimento, num local aprazível, com três fontes, uma pedreira e, ao fundo, o rio Anhangabaú”, diz documento de 1981 que tombou a igreja no patrimônio estadual.

Lá foi inaugurada, em setembro de 1647, a atual sede do convento, ocupando todo o espaço onde hoje está a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A obra foi feita em taipa de pilão, espécie de barro comprimido usado à época, em estilo jesuítico.

Em 1676, começa-se a construir lá a capela da Ordem Terceira. Um século depois, em 1788, a capela se “emancipa” e vira uma igreja independente, a Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco.

Também em taipa de pilão, sua fachada foi adornada por Tebas, arquiteto escravizado que também assina as fachadas de outras igrejas importantes da cidade, como a Catedral da Sé, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo e o Mosteiro de São Bento.

As duas passaram por obras de restauro recentemente e estão em bom estado de conservação e abertas ao público.

O convento de São Francisco virou, em 1828, a Academia de Direito de São Paulo (depois incorporada pela USP). Em 1933, o edifício que foi demolido para construir o atual prédio do curso.

Outrora luxuosa, hoje a região é degradada e está no foco da prefeitura. Faz parte do chamado triângulo histórico, onde a gestão Bruno Covas (PSDB) quer reformar calçadas, melhorar iluminação e oferecer incentivos fiscais para donos de negócios na região.

[topo](#)

BEM NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para capacitação de professores de ciência

Para participar do programa da **Capes**, professores precisam lecionar química, física, biologia ou em áreas afins

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é

10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

Leia mais: Prazo de adesão a modelo de escola cívico-militar termina nesta sexta

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

Leia mais: Após ‘fuga’ de irmãos, filha de Flordelis vê família rachada: “Máscaras caíram”

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

Leia também: Escola responde mensagens suicidas escritas em banheiro: “você é especial”

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

MT HOJE - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza - química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

[topo](#)

O PRESENTE - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Weintraub afirma que novo programa trará ensino prático para salas de aula
O ministro da Educação foi ao lançamento dos editais de seleção de professores para o programa “Ciência é 10”

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, participou nesta sexta-feira do lançamento dos editais de seleção de professores para o programa “Ciência é 10”. A iniciativa é voltada para a especialização de professores das áreas de ciências que dão aulas no 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Em discurso, Weintraub disse que o programa ajudará a melhorar os indicadores de educação das escolas da rede pública. Ele afirmou que, se a experiência for bem sucedida nessa fase inicial, que promete alcançar 10% dos professores, será replicada “em maior grau” nos próximos anos até cobrir “toda a rede” pública.

O ministro ressaltou que o programa é importante para trazer o ensino prático de ciências da natureza para dentro de sala de aula.

“Tenho expectativas muito altas, porque ensino não é educação. A gente está ensinando. Criança mal-educada é quando o pai não educou direito. A gente está ensinando ciência, matemática, português, ler e escrever. Essa capacidade de ensinar como a ciência liberta é prática e é útil, e eu acho fundamental não ficar só na teoria”, disse o ministro, que saiu sem falar com jornalistas.

Ao todo, 19 instituições de ensino superior, no âmbito federal e estadual, em 125 municípios, vão participar. O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020.

O Ciência é 10 oferecerá 3.920 vagas para professores de Educação Básica da rede pública. O objetivo é beneficiar 400 mil alunos da rede básica pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, que aplicará R\$ 3,5 milhões

nessa etapa. A capacitação será feita pela modalidade de educação a distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Estudantes e trabalhadores da UFRGS definem greve nos dias 2 e 3 de outubro Paralisação faz parte de agenda nacional contra o desmonte da educação promovido pelo governo Bolsonaro

Em assembleia geral realizada nesta quinta-feira (26), no pátio da Faculdade de Educação (Faced), os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) determinaram uma paralisação nos dias 2 e 3 de outubro, unificados com os técnicos-administrativos e professores da instituição. A Assufrgs Sindicato convocou os trabalhadores da UFRGS e UFCSPA para aderir à greve de 48 horas, que responde ao chamado nacional contra os sucessivos ataques do governo à Educação.

A coordenadora da Assufrgs, Márcia Tavares, ressaltou a importância da unidade dos trabalhadores, estudantes e entidades da educação para combater os projetos do governo federal. “Vivemos um momento em que projeto do governo Bolsonaro segue uma lógica de financeirização, que veio na proposta da reforma da Previdência, que vem na proposta do Future-se para dentro da Universidade. Esse governo, que se parece atrapalhado, tem um projeto, que é de destruição dos direitos do povo e da Universidade. Temos que estar nas ruas para derrubar esse governo nefasto” afirma.

A paralisação faz parte de uma agenda nacional de greves convocada por entidades representativas de docentes, técnico-administrativos e estudantes – Fasubra, UBES, UNE, FENET, ANPG, ANDES-SN e Sinasefe. As pautas são a derrubada do projeto Future-se; os cortes de recursos nas Instituições Públicas de Ensino, do CNPQ, da CAPES, do PNAES e do FUNDEB; a intervenção do governo na escolha dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino; a militarização das escolas e a retirada de direitos dos trabalhadores.

Confira a agenda da greve nacional da educação em Porto Alegre:

2 de outubro

Eleições IFRS – As eleições no IFRS ocorrem no dia 02 de outubro. Por acreditar na importância do fortalecimento da democracia no IFRS, a Assufrgs convoca a categoria a participar da eleição e das panfletagens que serão realizadas nos campi.

14h – Assembleia Geral da UFRGS. Local: Fabico. Pauta: Deliberação sobre documento com demandas relativas à jornada de trabalho dos técnicos da UFRGS.

3 de outubro

16h – Assembleia Geral da Assufrgs. Na pauta: greve por tempo indeterminado e luta contra o Future-se e os amplos ataques à educação pública federal. Local: Faced.

18h – Ato unitário da educação. Local: Esquina Democrática.

* Com informações da Assufrgs Sindicato

topo ↕

CANAL TECH - TEMPO REAL

Capes abre inscrições para especialização gratuita à distância de professores

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) acaba de anunciar que professores do sexto ao nono ano do ensino fundamental poderão se inscrever para concorrer à vagas de especialização à distância gratuitas.

O projeto está aberto para todo o país, com as especializações acontecendo em 19 instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais. As vagas fazem parte do programa Ciência é 10, que terá o seu edital divulgado no próximo dia 30 de setembro, segunda-feira, pela própria **Capes**.

Os selecionados devem começar as aulas em fevereiro de 2020. Serão 3.920 vagas para todo o Brasil, e espera-se que 400 mil alunos se beneficiem do projeto. As inscrições poderão ser feitas nas 19 instituições participantes.

O curso de especialização feito pelos professores selecionados é dividido em três módulos, totalizando carga horária de 480 horas, ou 18 meses. Os temas abordados pelo curso são vida, ambiente, universo e tecnologia.

Os professores participarão de aulas à distância, se encontrando mensalmente para atividades presenciais nos polos da UAB (Universidade Aberta do Brasil), em 125 municípios.

O Ciência é 10 foi criado em abril deste ano, com foco na integração das universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal. O investimento na iniciativa é R\$ 3,5 milhões, contando ainda com recursos das universidades participantes e das prefeituras.

Todas as informações sobre o Ciência é 10 estão disponíveis no site oficial.

topo 

CRUZEIRO DO SUL – SP - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

Início das aulas está previsto para fevereiro de 2020

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da

natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio. A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação. (Mariana Tokarnia – Agência Brasil)

topo ↕

GAZETA WEB - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

Edital será lançado dia 30 de setembro

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza - química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

"Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes "como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria".

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

METRO-DF - TEMPO REAL

MEC abre 3.920 vagas para especialização gratuita de professores do ensino fundamental

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades

participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC lança edital para seleção de 3,9 mil professores pela Capes

A expectativa é que 400 mil alunos da rede pública sejam beneficiado pela formação destes professores

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para o programa Ciência é 10

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é

10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza – química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

[topo](#)

ULTIMO SEGUNDO - TEMPO REAL

Capes abre 3.920 vagas para capacitação de professores de ciência

Professores de ciências do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, de todo o país, poderão concorrer a vagas em especialização à distância, gratuitas, em 19 instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, cujo edital será lançado no dia 30 de setembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O início das aulas está previsto para fevereiro de 2020. As inscrições devem ser feitas nos sites das instituições participantes. Ao todo, serão abertas 3.920 vagas para todo o país. A expectativa é que mais de 400 mil alunos sejam beneficiados pela iniciativa.

O curso de especialização será dividido em três módulos, com carga total de 480 horas, ou seja, 18 meses. O programa tem quatro eixos temáticos: vida, ambiente, universo e tecnologia. Além das aulas à distância, os professores se reúnem uma vez por mês, nos

polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 125 municípios, para atividades presenciais de ensino e aprendizagem.

Para participar, os professores precisam atuar em sala de aula, lecionando ciências da natureza - química, física e biologia e áreas afins. O professor não precisa necessariamente ser formado nessas áreas. A seleção será feita por meio de prova e análise de currículo. As informações detalhadas do programa estão disponíveis na internet.

“Queremos mostrar a utilidade de toda teoria que a gente aprende na vida”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A intenção, segundo ele, é que os professores sejam capazes de mostrar aos estudantes “como a ciência liberta e é prática e é útil. Eu acho fundamental não ficar só na teoria”.

O programa Ciência é 10 foi lançado em abril deste ano. Trata-se de um dos cursos da UAB, sistema gerido pela **Capes** para integrar as universidades públicas com governos estaduais, municipais e federal por meio da modalidade à distância.

As vagas da UAB são voltadas, prioritariamente, a professores da educação básica, que vai desde a educação infantil ao ensino médio.

A **Capes** investirá nesse curso de especialização R\$ 3,5 milhões. As universidades participantes e prefeituras também irão, de acordo com a autarquia, dispor recursos para a ação.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Análise - Future-se é potencialmente interessante, mas ainda não está maduro
A curto prazo, consolidar e aperfeiçoar as atuais fundações de apoio das universidades federais seria uma solução ao nosso ver bem mais simples do que criar novas organizações sociais**

O programa Future-se (proposto pelo MEC para incentivar a captação de verba privada pelas universidades federais) indica que se trata de um encaminhamento potencialmente interessante, mas que precisa ser mais amadurecido. Necessária se faz, especificamente, uma revisão completa dos problemas relacionados às sistemáticas de compras e obras necessárias das instituições de ensino superior, hoje feitas de forma obsoleta, de qualidade discutível e implementadas por funcionários muitas vezes não preparados para essa importante atividade da qual depende a competitividade das instituições.

Todos os processos de formação de recursos humanos, sejam eles na graduação como na pós-graduação das universidades, precisam ser revistos incorporando os recursos da tecnologia da informação moderna e aprendizagem a distância. Mais amplamente, embora seja uma questão controversa, é importante reabrir a questão da gratuidade inclusive para estudantes brasileiros (a cobrança de mensalidade não está entre as previsões feitas pelo Future-se).

Tendo vista das dimensões do Brasil, o que impõe que cada instituição de ensino deva ser analisada individualmente em colaboração com o MEC, nos quesitos recursos humanos, infraestrutura e sua localização para a criação do plano estratégico para que seus objetivos na área do ensino, pesquisa e extensão possam ser definidos claramente. A curto prazo, consolidar e aperfeiçoar as atuais fundações de apoio das universidades

CLIPPING



federais seria uma solução ao nosso ver bem mais simples do que criar novas organizações sociais (a contratação de professores via OSs está entre as propostas do MEC para o programa).

Nada se diz no projeto da carreira docente e de sua gestão, embora este ponto seja crítico em uma reforma universitária. A estabilidade, o regime de trabalho, critérios de promoção deveriam ser provavelmente revistos, com a introdução de avaliações baseadas nos portfólios e desempenho dos professores (uma das propostas do MEC é fixar metas de desempenho para os docentes).

***HÉLIO DIAS É PROFESSOR SÊNIOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E PRESIDENTE DO INSTITUTO PARA VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA PESQUISA NO ESTADO DE SÃO PAULO (IVEPESP)**

